



Universidade Federal de Sergipe

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

ELISSON SOUZA DE SÃO JOSÉ

**AS ARMAS E AS LETRAS INGLESAS: A INSTRUÇÃO MILITAR E O ENSINO DE
INGLÊS NA CORTE DO RIO DE JANEIRO (1810-1832)**

**SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2015**

ELISSON SOUZA DE SÃO JOSÉ

AS ARMAS E AS LETRAS INGLESAS: A INSTRUÇÃO MILITAR E O ENSINO DE
INGLÊS NA CORTE DO RIO DE JANEIRO (1810-1832)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Eduardo Meneses de Oliveira.

SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2015

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
FEDERAL DE SERGIPE**

São José, Elisson Souza de

S239a As armas e as letras inglesas : a instrução militar e o ensino de inglês na corte do Rio de Janeiro (1810-1832) / Elisson Souza de São José; orientador Luiz Eduardo Meneses de Oliveira. – São Cristóvão, 2015.
78 f. : Il.

Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, 2015.

1. Educação – História. 2. Linguagem e línguas – Estudo e ensino. 3. Língua inglesa. 4. Educação militar. I. Colville, Eduardo Thomaz. II. Oliveira, Luiz Eduardo Meneses de, orient. III. Título.

CDU 37.016:811.111(091)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO



ELISSON SOUZA DE SÃO JOSÉ

**AS ARMAS E AS LETRAS INGLESAS: A INSTRUÇÃO MILITAR E O
ENSINO DE INGLÊS NA CORTE DO RIO DE JANEIRO (1810-1832)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Educação da Universidade
Federal de Sergipe e aprovada pela Banca
Examinadora.

Aprovada em: 23. 03. 2015

Prof. Dr. Luiz Eduardo Meneses de Oliveira (Orientador)
Programa de Pós-Graduação em Educação /UFS

Prof. Dr. Joaquim Tavares da Conceição
Programa de Pós- Graduação em Educação /UFS

Prof.ª Dr.ª Joselita Júnia Viegas Vidotti
Universidade de Brasília / UnB

**SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2015**

Esta dissertação é dedicada a minha avó, dona Ermozina Arquino de Souza.

AGRADECIMENTOS

É com grande alegria que ao final de mais uma etapa da minha vida acadêmica, agradeço inicialmente ao Criador, por me ter dado capacidade e oportunidade de cursar o Mestrado.

Logo após, agradeço de modo especial ao meu orientador, professor Dr. Luiz Eduardo Meneses de Oliveira, por confiar em mim e ter gasto diversas horas de seu precioso tempo me orientando de forma paciente e exemplar, da qual não tenho nada a questionar. Sem sua ajuda e dedicação, o presente trabalho não teria a qualidade que se encontra hoje (2015). É um pesquisador que tive o prazer de conhecer e que pretendo me espelhar.

Agradeço ao professor Dr. Jorge Carvalho do Nascimento, docente da disciplina História da Educação (juntamente com o professor Luiz Eduardo), que tive a oportunidade de cursar com ele e aprender em um semestre sobre a história da educação mais do que eu já tinha aprendido em toda minha vida.

A professora Dr. Josefa Eliana Souza também é digna de nota. Tive a oportunidade de cursar a disciplina Política e Educação lecionada por ela. A forma de ensinar e se expressar fizeram com que eu a admirasse, pois ela leciona de forma respeitosa, qualidade que falta em alguns professores que atingem o nível de doutor.

O professor Dr. Itamar Freitas de Oliveira também contribuiu bastante na minha formação. Ele lecionou a disciplina Pesquisa em Educação e por meio dela foi possível entender a importância da metodologia que foi empregada na pesquisa.

O docente Dr. Edmilson Menezes foi o responsável pelas aulas dadas na disciplina Filosofia da Educação e merece todo o meu respeito. Por meio de suas aulas conheci um pouco mais sobre Immanuel Kant e seus métodos pedagógicos.

Fico feliz em ter estudado com a professora Dr. Verônica dos Reis Mariano Souza, que lecionou a disciplina de Seminário de Pesquisa. Suas aulas ajudaram a melhorar o Trabalho antes da qualificação.

Agradeço também a banca de Qualificação e de Defesa do Mestrado, composta pelos professores Luiz Eduardo Meneses de Oliveira, Dilton Cândido Santos Maynard, Joaquim Tavares da Conceição, Joselita Júnia Viegas Vidotti e Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas,

por ter aceitado o convite e ter dado conselhos importantes que melhoraram a qualidade da Dissertação.

Agradeço aos membros do grupo de pesquisa de que faço parte, Núcleo de Estudos de Cultura da Universidade Federal de Sergipe (NECUFS). Pois, os debates existentes no grupo ajudaram a conhecer mais sobre o ensino de Língua Inglesa no século XIX, objeto da minha pesquisa.

Não posso esquecer-me de agradecer a meu grande amigo, Me. Guilherme Fernandes Ramos da Silva, por ter me influenciado positivamente a fazer o Mestrado. Sem o incentivo dele talvez eu não tivesse chegado tão longe.

Agradeço a todos os meus familiares que confiaram em meu sucesso. Destes destacarei dois dos meus primos, Max Weber Arquino de Souza e Wendoly Masley da Silva Santos; meus pais, Edson de São José e Ermenegilda Souza de São José; e minha irmã, Elyonai Souza de São José.

Agradeço também a paciência e compreensão de minha esposa, Zaiane dos Santos Souza Farias. Ela foi capaz de entender o motivo de eu passar mais tempo com os livros do que com ela.

Além destes 11 Professores, comprehendido o de desenho, haverá cinco Substitutos; e julgando-o necessário a Junta poderá propor que se estabeleçam Professores da Lingua Franceza, Ingleza e Allemã; e será obrigação dos Professores substituirem-se uns aos outros, quando succeda não bastarem os Substitutos, de maneira que jámais se dê caso de haver cadeiras que deixem de ser servidas, havendo alumnos que possam ouvir lições.

D. João VI, 1810

RESUMO

A presente Dissertação tem como objeto de estudo o ensino de inglês na instrução militar, sobretudo na Academia Militar da corte do Rio de Janeiro. O Trabalho tem como marco temporal o período de 1810 a 1832. O ano de 1810 foi escolhido como marco inicial porque no dia 4 de dezembro deste ano foi criada a Real Academia Militar por ordem de D. João VI, expressa em Carta de Lei. Nela constavam todos os aspectos fundamentais para o bom funcionamento da Academia, o que incluía o ensino da Língua Inglesa, Francesa ou Alemã, caso a Junta Militar achasse necessária. Já o marco final da pesquisa foi estabelecido em 1832 porque foi neste ano que ocorreu uma mudança no estatuto militar e o ensino das Línguas Estrangeiras deixou de ser exigido. A Dissertação, em um primeiro momento, tratará dos aspectos que levaram os portugueses a se interessarem pelo estudo do idioma inglês. Em um segundo momento, ela tratará da importância das línguas vivas – inglês e francês – para a capacitação dos militares, uma vez que os livros militares e alguns dos oficiais do exército português eram estrangeiros. Por último, o texto abordará alguns aspectos da trajetória docente de Eduardo Thomaz Colville, primeiro e único professor de inglês da Academia Real Militar do período pesquisado. O resultado obtido com a pesquisa foi que a Língua Inglesa, juntamente com a Francesa, foi essencial para compreensão dos livros militares que se encontravam em línguas estrangeiras, pois sem esse conhecimento os soldados estariam inaptos para exercerem as suas funções e receberem promoções. Na construção da Dissertação foram utilizadas diversas obras de caráter variado, tais como livros, teses, dissertações, documentos, artigos, manuscritos e revistas.

Palavras-chave: Ensino de Línguas. História da Educação. Instrução militar. Língua Inglesa. Eduardo Thomaz Colville.

ABSTRACT

This Dissertation has as its objective a study of the teaching of English in military training, especially in the Military Academy of the court of Rio de Janeiro. The work has the timeframe from 1810 to 1832. The year 1810 was chosen as the starting point because on December 4th, the Royal Military Academy was created by King John VI, expressed in the Charter Act. It contained all the fundamental aspects for the proper functioning of the Academy, which included the teaching of English, French or German, where the military junta thought necessary. But the final milestone of the research was established in 1832, because it was the year in which, there was a change in the military status and the teaching of foreign languages is no longer required. The Dissertation, at first, will address the issues that led the Portuguese to take an interest in learning the English language. In a second step, it will address the importance of modern languages - English and French - for the training of military, since the military books and some of the Portuguese army officers were foreigners. Finally, the text will address some aspects of the teaching career of Eduardo Thomaz Colville, first and only English teacher of the Royal Military Academy of the researched period. The results obtained from the research was that the English language, together with the French, was essential for understanding of military books that were in foreign languages, therefore without this knowledge, the soldiers would be unable to perform their duties and receive promotions. In the construction of the dissertation were used various scientific character of works, such as books, theses, dissertations, papers, articles, manuscripts and journals.

Keywords: Military Instruction. English Language Teaching. Royal Military Academy. Portuguese Court. Eduardo Thomaz Colville.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	A INSTRUÇÃO MILITAR PORTUGUESA.....	16
2.1	A Aliança	17
2.2	O Colégio Real dos Nobres e o Colégio Militar.....	24
2.3	A instrução militar no Brasil	28
2.3.1	A criação da Academia Real Militar.....	33
2.3.2	D. Rodrigo de Sousa Coutinho	37
2.3.3	A instrução militar no período de independência	40
2.3.4	O ensino mútuo	46
3	AS LETRAS INGLESAS	48
3.1	Os livros.....	50
3.1.1	A falta de livros	51
3.2	Primeiro professor de língua inglesa.....	59
3.2.1	Eduardo Thomaz Colville	62
4	CONCLUSÃO.....	66
	REFERÊNCIAS.....	69
	 ANEXO A - Capa do caderno de D. João VI contendo todas as informações de como deveria funcionar a Academia Real Militar.....	 77
	 ANEXO B - Recorte do caderno de D. João VI, que autoriza o ensino de língua estrangeira na Academia Real Militar.....	 78

1 INTRODUÇÃO

A Dissertação aqui presente tem como objetivo principal discutir sobre alguns dos motivos que levaram os militares portugueses a aprenderem a Língua Inglesa no período de 1810 a 1832. Para atingir o objetivo principal foram elaborados objetivos secundários, estes foram: a) analisar a relação de amizade existente entre Portugal e Inglaterra; b) conhecer as dificuldades dos comandantes portugueses em preparar suas tropas; c) discutir sobre os motivos que levaram D. João VI a criar a Academia Real Militar no Brasil; d) analisar a real importância do aprendizado da Língua Inglesa na formação dos militares e, por último; e) conhecer como se deu as aulas de Língua Inglesa dentro da esfera militar da corte do Rio de Janeiro.

Esta Dissertação fez parte de um trabalho maior desenvolvido pelo grupo de pesquisa Núcleo de Estudo de Cultura da Universidade Federal de Sergipe (NECUFS), liderado pelo professor doutor Luiz Eduardo Meneses de Oliveira. Nesse grupo, é discutida a cultura de diferentes povos, principalmente relacionada à história do ensino de línguas, o que justifica a escolha do título e dos assuntos que foram abordados na Dissertação.

O mestrando é licenciado em Português e Inglês, especialista em Metodologia do Ensino de Língua Inglesa, psicopedagogo e trabalhou por diversos anos como professor de Língua Inglesa na Educação Básica. O Mestrado foi uma forma vista pelo mesmo de ampliar os seus saberes educacionais e de abrir novas portas no mercado de trabalho. Devido a grande concorrência existente na seleção de Mestrado em Educação, foram necessárias três tentativas anuais do Mestrando antes de conseguir ser aprovado na seleção do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (PPGED).

As reuniões do grupo de pesquisa NECUFS foram essenciais para que o mestrando pudesse se situar no tema da Dissertação e sobre o que deveria ser pesquisado durante os dois anos de Mestrado, até porque existem poucas obras que abordam o tema escolhido, das quais podemos mencionar: Motta (1998), que trata da formação dos oficiais; Machado (1881), que trata da organização do exército; e Oliveira (2006), que trata da história de ensino de Línguas Vivas no Brasil.

Através da leitura desses textos e os de outros pesquisadores, foi possível perceber que a origem da Academia Militar Brasileira teve duplo intuito: formar militares e engenheiros. Também foi possível confirmar que as disciplinas exatas eram extremamente importantes para

a formação destes militares e que, por sua vez, não existiam livros matemáticos atualizados em língua portuguesa no Brasil, o que levaria a um futuro trabalho de tradução dos professores e à criação de uma Cadeira de ensino de Língua Estrangeira na Academia Militar, conforme a Carta de Lei de 04 de dezembro de 1810.

A Carta de Lei é o documento com maior relevância existente sobre a criação da Academia Real Militar no Brasil¹. Nela estão todas as informações essenciais para a criação e funcionamento da Academia Real Militar, como por exemplo, a composição da Junta, a quantidade de lentes, as disciplinas que seriam lecionadas, o tempo que deveria ser gasto nos estudos, os dias letivos e feriados, quais seriam os privilégios dos militares, entre outros. Ela foi um verdadeiro manual que deveria ser seguido corretamente para o bom funcionamento da instituição.

Tendo consciência das informações contidas na Carta e da existência de um único professor de Inglês na Academia Real Militar, Eduardo Thomaz Colville, foi elaborado o plano de trabalho que resultou nesta Dissertação, que teve como objeto de pesquisa a Instrução Militar e o ensino de Língua Inglesa na Corte do Rio de Janeiro.

O Trabalho tem como marco temporal o período de 1810 a 1832. O ano de 1810 foi escolhido como marco inicial porque no dia 4 de dezembro deste ano foi criada a Real Academia Militar por ordem de D. João VI. O marco temporal tem como término o ano de 1832, porque foi neste ano que ocorreu a mudança no estatuto militar e o ensino de Língua Estrangeira, seja ela o Inglês, o Francês ou o Alemão, deixou de ser exigido como disciplina optativa². O primeiro estatuto da Academia durou de 1810 a 1832, e seguiu as ordens dadas por D. João VI, expressa na Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810.

A Dissertação está dividida em duas partes e uma conclusão. A primeira parte - “A Instrução Militar Portuguesa” – relata como ocorreu o processo de qualificação dos soldados, da aliança comercial e militar existente entre Portugal e Inglaterra, da criação do Colégio Real dos Nobres, do Colégio Militar e de outros fatos que ocorreram em torno do período da criação da Academia Real Militar no Brasil. A segunda parte – “As Letras Inglesas” - discute

¹ Nos anexos A e B, no final da Dissertação são apresentadas duas fotos. Na primeira a capa do caderno de D. João VI que contém A carta de Lei e na outra a passagem que diz respeito ao ensino de língua estrangeira na instituição.

² Na dissertação foi utilizada a palavra optativa no sentido de que o estatuto dizia que a junta poderia ter um lente de língua estrangeira apenas se fosse necessário, ou seja, subentende-se que não era obrigatório para a formação militar (BRASIL, 1810).

não só sobre a importância do idioma na Academia Militar, mas também das obras e dos trabalhos de traduções feitas por professores e alunos que ajudaram na Instrução Militar da Corte Portuguesa, durante o final do século XVIII e no início do século XIX. Na conclusão, serão ressaltados os principais pontos da Dissertação e sua contribuição para o meio acadêmico.

A metodologia utilizada durante a maior parte da pesquisa foi de caráter bibliográfica, onde foi valorizada principalmente a legislação do período. Entre as referências utilizadas na pesquisa desta Dissertação estão revistas, livros, dissertações, teses, documentos e imagens históricas relevantes ao tema. Entre as revistas pesquisadas estão as produzidas dentro da Academia Militar, não só do Brasil como de Portugal. Estas revistas foram ricas para a Dissertação pelo fato de os escritores serem militares, ou seja, estarem intimamente familiarizados com os assuntos que escreveram. Já os livros utilizados, foram de autores renomados pelas suas pesquisas feitas em torno da história da educação e do ensino de línguas; o mesmo ocorreu com as Teses e Dissertações analisadas. Em relação aos documentos e às imagens históricas pesquisadas, foram empregadas para confirmar as informações obtidas.

As informações encontradas não foram aceitas de imediato como verdadeiras, uma vez que é necessário comparar os dados encontrados com os de outros pesquisadores e com os documentos da época para evitar informações equivocadas. Thompson já dizia que

a interpretação consiste na introdução de um ponto de vista: este pode ser legítimo (em outras bases) mas não constitui nenhum conhecimento histórico verdadeiro [...] Os fatos isolados estão, de qualquer modo, contaminados pela sua proveniência aleatória ou pré-selecionada. A evidência sobre o passado sobrevive ou de maneiras arbitrárias, ou de maneiras que impõem uma determinada pressuposição ao investigador histórico (THOMPSON, 1981, p.30).

Ele ainda acrescenta que

Qualquer historiador sério sabe que os “fatos” são mentirosos, que encerram suas próprias cargas ideológicas, que perguntas abertas, inocentes, podem ser uma máscara para atribuições exteriores, e que mesmo as técnicas de pesquisa empírica mais sofisticadas e supostamente neutras [...] podem ocultar as mais vulgares intromissões ideológicas (THOMPSON, 1981, p.38).

Ou seja, os fatos que estão aqui presentes foram feitos de acordo com a visão de certos pesquisadores, o que significa que não é uma “verdade absoluta”, mas sim uma visão limitada do período, feita com base em documentos e estudos de pesquisadores da área educacional.

A Dissertação tem uma relevância no mundo acadêmico por se tratar de um assunto pouco trabalhado, pois tanto Bruno Bontempi Junior (1995) como Jorge Carvalho do Nascimento (2002), afirmam que trabalhos sobre a historiografia da educação no período do Império são poucos publicados quando comparados com outros períodos do Brasil. Sua relevância ainda é maior por ter uma área específica no período do império, que é a influência das Letras Inglesas na instrução militar da Corte do Rio de Janeiro. É importante deixar claro também, ainda na introdução, que a Dissertação não pretende tratar exclusivamente sobre como funcionava o ensino de Língua Inglesa na Academia Real Militar, mas também sobre os motivos que levaram ao ensino do tal idioma na Instituição.

2 A INSTRUÇÃO MILITAR PORTUGUESA

Os primeiros escritos sobre a arte militares não nasceram em Portugal. Eles vieram da China, por volta do século VI a.C. e teve Sun-Tsé como grande filósofo e pensador na arte da guerra. Ele foi o responsável pelas primeiras regras militares do período e que aos poucos foi se espalhando para as diferentes regiões. “A Idade Média é um retrocesso frente à Antigüidade quanto à arte da guerra” (TREVISAN, 2005, p. 11).

Já em relação ao ensino militar em Portugal, ele começou por volta de 1525, na Vila Viçosa e sua aliança com a Inglaterra fez com que o idioma inglês fosse bem aceito nos treinamentos das tropas, até porque muitos dos oficiais que ensinaram as tropas portuguesas, durante os séculos XVI a XVIII, eram ingleses. O soldado, antes de ser mandado para guerra, necessitava de um bom preparo e tanto a Inglaterra como a França eram modelos a serem seguidos pelo exército português. Não é por acaso que ambos os idiomas seriam necessários para a instrução superior militar.

A escola militar de Vila Viçosa deu os primeiros passos para o preparo dos soldados portugueses. Sua criação foi motivada por um desenvolvimento no fenômeno da guerra e da ciência militar em Portugal. Ela foi criada pelo 5º Duque de Bragança, D. Teodósio³(1510-1563), e ensinava humanidades, esgrima e equitação. Em 13 de maio de 1641, foi ampliado o ensino militar através da criação da Aula de Artilharia e Esquadilha por meio de decreto. Ela foi instalada no Paço da Ribeira e lecionada pelo cosmógrafo-mor do reino, Luís Serrão Pimentel (1613-1679) (MARMELO, 2011, p. 4). Ele não lecionou sozinho, pois oficiais ingleses foram enviados a Portugal com a finalidade de auxiliar nos treinamentos das tropas portuguesas, principalmente depois da união de D. Catarina com Carlos II, rei da Inglaterra. O casamento não só serviu para unir mais os dois países, como também para trazer comandantes ingleses qualificados para capacitar as tropas portuguesas, uma vez que não existiam oficiais portugueses com habilidades para treinar as tropas existentes. A dependência era tanta, que até a arquitetura militar portuguesa era traçada por oficiais estrangeiros, vindo principalmente da sua aliada Inglaterra (FERREIRA, 2009).

³Durante a existência de D. Teodósio não houve guerra em Portugal. Mesmo assim a rainha regente D. Catarina o escolheu como general do exército (AMARAL, 2010a).

2.1 A aliança

A Dissertação foi feita tendo como base para o ensino de Inglês na Academia Militar a aliança existente entre Portugal e Inglaterra. Existem documentos que confirmam alianças entre as duas nações desde 17 de fevereiro de 1294, e que foram reforçados por dezenas de outros tratados no decorrer dos anos (SERRÃO, 1963). Muitos dos tratados não eram vantajosos para Portugal, mas eram necessários, pois garantiriam ajuda militar da Inglaterra em momentos de guerra. A falta de um exército de qualidade foi crucial nas negociações, principalmente por causa das guerras que ocorriam com frequência na Europa. Até mesmo no “mito da origem de Portugal” a Inglaterra esteve intimamente relacionada, tanto do ponto de vista político, religioso e militar, durante o momento de sua fundação, pois em 1189, sob o reinado de D. Sancho I (1154-1211), os portugueses receberam auxílio de cruzados ingleses, que ajudaram na defesa de Santarém contra os Almóadas (OLIVEIRA, 2014, p. 89).

Depois da Paz de Vestefália (1648), os países europeus começaram a disputar entre si para serem as potências no comércio, na cultura, na ciência, na economia e, inclusive, no poderio militar. Durante o período de 1700-1800, o exército francês permanente aumentou de 720 mil para 1,87 milhões. Já a Grã-Bretanha aumentou seus navios de linha de 100 para 224. Não é por acaso que o século XVII foi marcado por diversas guerras, das quais podemos destacar a de Sucessão da Espanha (1701-1714), a Guerra dos Sete Anos (1756-1763) e as Guerras da Revolução Francesa (1792-1800). Contudo, o sucesso não dependia apenas dos números de soldados, mas também das qualificações dos militares (ESPIRITO SANTO, 2011). A arte de guerrear passaria a ser tão importante que “os países europeus mais previdentes cuidaram de aproveitar a paz para ensinar a guerra, organizando a instrução nos corpos de tropa e sistematizando o ensino dos oficiais em escolas especializadas” (MOTTA, 1998, p.18). Não é por acaso que Espirito Santo afirma que,

Face a tantas inovações e alterações de conceitos as nações reagiram, durante o século, com profundas e constantes reorganizações dos seus instrumentos de força militar. O militar tinha de se profissionalizar, de estudar e de treinar, a guerra era cara, a força militar devia servir as nações e era demasiado perigosa para ser deixada só para os militares e o direito de cidadania passava a conter o dever de defender (ESPIRITO SANTO, 2011, p. 6).

Foi exatamente a tentativa de proteger o território português das ameaças existentes que levou D. João IV (1604-1656), rei de Portugal, a querer aproximar ainda mais a Inglaterra de seu Reino. Tal atitude pode ter ajudado a valorizar a língua inglesa em Portugal, algo pouco comum na Europa durante esse período, até porque as línguas clássicas e o francês eram os idiomas predominantes. A aproximação entre os dois reinos se deu por meio do casamento de sua filha, Catarina de Bragança (1638-1706), com Carlos II (1630-1685), rei da Inglaterra, que ocorreu em 1662⁴. O Casamento foi uma forma vista por D. João IV de se proteger das guerras que ocorriam com frequência, das quais destacamos a Guerra de Restauração (1640-1668) e a Guerra da Sucessão da Coroa Espanhola (1702-1714), na qual soldados ingleses combateram em território português mais de uma vez. Ao mesmo tempo, o casamento também beneficiava os ingleses, pois era visto como uma forma de ampliar sua comercialização nos domínios portugueses (TELES, 2012, p. 25). Contudo, esse não foi o primeiro casamento entre as duas nações que visavam fortificar as alianças. Em 1386, ocorreu o casamento do Mestre de Avis, D. João I (1357-1433), e D. Filipa de Lencastre (1359-1415). De acordo com Oliveira,

A união das duas casas dinásticas, com efeito, vai suscitar uma série de representações da rainha e da sua origem inglesa, bem como de um momento de influência da Inglaterra em Portugal na arte da guerra, na organização militar, nas letras e nos costumes, para não mencionar o facto de que o casal de monarcas da origem a chamada “íclita geração”, responsável pelo início da expansão territorial portuguesa (OLIVEIRA, 2014, p. 24).

Outra forma eficaz de aproximar a Inglaterra de Portugal foi o Tratado de Methuen⁵, firmado em 27 de dezembro de 1703, uma vez que o mercado português sempre foi apreciado pelos ingleses por sua extensão aos territórios ultramarinos (SILVA, 2003). Contudo, os acordos comerciais e alianças não eram totalmente vantajosos para o reino português, até porque raramente os ingleses os ajudavam e quando acudiam era a um custo alto (MAXWELL, 1996, p. 10).

A guerra comercial, designadamente com a Inglaterra, estivera sempre entre as suas preocupações, mas esta escudava-se, paradoxalmente, na manutenção

⁴ O casamento foi sustentado por uma enorme quantia de dinheiro, além da entrega das cidades de Bombaim e de Tânger aos ingleses (MONTEIRO, 2010, p. 308).

⁵ O Tratado de Methuen faria com que os vinhos portugueses fossem recebidos em Londres com uma taxa alfandegária um terço inferior aos vinhos franceses. Em contrapartida, os ingleses obrigaram Portugal a comprar lãs exclusivamente produzidas em Londres (SOUZA, 2011, p. 23).

da política de neutralidade face aos conflitos europeus que vinha de trás e se apoiava, precisamente, na protecção militar da Inglaterra em terra e no mar! Por isso, não tinha nenhuns preparativos bélicos e para ele [D. João V] todo ponto neste negócio consiste essencialmente no esforço que se deve fazer para resistirmos ao primeiro ímpeto de invasão deste Reino (MONTEIRO, 2010, p. 372).

Como afirma Monteiro no trecho acima, a comercialização com a Inglaterra era preocupante e não era vantajosa, “O comércio português dissolvera-se nas vísceras da Inglaterra” (FERREIRA, 1922, p. 81). O Estado necessitava da protecção do exército inglês, o que significava que deveria manter suas relações comerciais mesmo que de forma desvantajosa para garantir o apoio dos ingleses. Por outro lado, com relação ao ensino de língua inglesa, o tratado pode ter favorecido o idioma inglês, uma vez que, além de ser necessário para a instrução militar dada pelos professores ingleses que estavam em terras portuguesas para treinar as tropas, também seria utilizada nas negociações comerciais com sua poderosa aliada, a Inglaterra.

A Inglaterra assumia-se como potência marítima, materializando a designação por um crescente domínio do Oceano Atlântico. Considerando este quadro, a potência continental França procurou fazer frente ao “toureiro” inglês, integrando uma aliança constituída também pela Áustria, Suécia, Rússia, Espanha e os principais Estados Alemães (Tratado de Versalhes). A Inglaterra não se encontrava sozinha, possuindo como aliada a Prússia (acordo de Westminster) (DIAS, 2006, p. 69).

A neutralidade portuguesa em tempos de guerra na Europa não estava agradando a França e muito menos a aliança existente com a Inglaterra. Não foi por acaso que a França também fez aliados para combater o avanço da poderosa marinha inglesa. A preocupação em manter os acordos diplomáticos de neutralidade nas guerras, principalmente com a França e a Inglaterra, levou o governo português a criar a secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, em 28 de Julho de 1736, que exigiria do nobre que almejasse a função um bom domínio das línguas estrangeiras.

Segundo o alvará de 28 de Julho de 1736 cabia à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra sob a orientação do Secretário de Estado tratar das negociações diplomáticas com as cortes estrangeiras, a nomeação dos diplomatas, a emissão de instruções, avisos, e ordens de resposta aos seus ofícios, o pagamento dos seus salários. Era responsável pela redacção da documentação como tratados (de paz, guerra, casamento, aliança e comercio)

e cartas para os monarcas das Cortes estrangeiras. Era da sua responsabilidade a recepção dos diplomatas acreditados na Corte de Lisboa. Os negócios da guerra passaram a fazer parte das suas incumbências assim como todos os assuntos em tempo de guerra e em tempo de paz respeitantes ao corpo militar das tropas, contadoria geral da guerra, vedorias, hospitais, fortificações, assentos e armazéns das munições de guerra assim como a nomeação dos oficiais para postos militares, emissão de ordenanças e regimentos militares e ordens em tempo de guerra. Deviam ser dirigidas para esta Secretaria as consultas do Conselho da Guerra e a correspondência dos generais e oficiais de guerra (KOROBTCHEENKO, 2011, p. 45).

Sebastião José de Carvalho e Melo, futuramente conhecido como Marquês de Pombal, foi um dos Secretários do Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra que mais se preocupou em melhorar a situação militar existente no Reino. Graças à sua experiência como diplomata em Londres, teve facilidade em conseguir comandantes ingleses para preparar os soldados portugueses. Entre suas solicitações estão os comandantes Lorde Tyrawly e Wilhelm Graf Lippe⁶.

O comandante Lorde Tyrawly foi requerido por Pombal para ser comandante das tropas portuguesas no ano de 1762. No entanto, nesse período o comandante Tyrawly já não tinha vitalidade para exercer o cargo de chefia, o que levou o governo inglês a substituí-lo por Wilhelm Graf Lippe von Schaumburg-Lipper. Graf Lippe permaneceu em Portugal mesmo durante o tempo de paz e foi o responsável por fazer uma reforma militar, juntamente com Pombal (MAXWELL, 1996, p. 121-122). Ainda nesse mesmo ano, foi criado um Alvará no dia 2 de abril que estabelecia a primeira organização regular de Arma e Artilharia, que ficou situada na Fortaleza de São Julião da Barra.

A presente situação fez com que Marquês de Pombal e Conde de Lippe reorganizassem o exército publicando regulamentos para a Infantaria e a Cavalaria, organizando unidades de Artilharia, revendo a legislação penal militar, o treinamento da tropa e os conhecimentos profissionais da oficialidade⁷ (MOTTA, 1998, p. 19). Esses regulamentos visavam unificar os estudos e a organização do exército de tal forma que colocaria o exército português no mesmo nível dos franceses e ingleses, e superior aos espanhóis (SODRÉ, 1979,

⁶ Wilhelm Graf Lippe von Schaumburg-Lipper, mais conhecido como Conde de Lippe, era primo do Rei de Portugal, D. José I e exerceu o Cargo de Marechal General do Exército Português (OLIVEIRA, 2006 p. 43).

⁷ A nova legislação aplicava-se prioritariamente ao exército, ou seja, as forças de terra e não as marítimas. Somente em 1796 o conselho do Almirantado levou a D. João o Regimento provisional para o serviço e disciplina das esquadras e navios da Armada Real (SILVA, 2008, p. 36).

p. 54). No ano seguinte, foi aprovado um plano de estudo constituindo aulas indispensáveis para a promoção. Tais aulas seriam dadas por um oficial de cada Regimento que estivesse mais bem qualificado para instruir os demais oficiais (MARMELO, 2011, p. 4).

É importante destacar que, apesar do frequente contato entre portugueses e ingleses, a língua inglesa ainda não era o idioma estrangeiro mais influente entre os portugueses, apesar de todo o contato entre ingleses e portugueses devido ao comércio e ao treinamento militar. Até Pombal, que foi diplomata em Londres, no período de 1739 a 1743, dominava melhor o idioma Francês do que o Inglês. “Os livros que acumulou em sua biblioteca londrina (em sua maioria edições francesas, já que não dominava o inglês)” (MAXWELL, 1996, p. 6), Oliveira (2014), afirma que o fato de Pombal não dominar o inglês “se justifica tanto pelo estatuto do francês como língua diplomática quanto pelo uso que fazia de intérpretes, como era de costume nas embaixadas (OLIVEIRA 2014, p. 175). Este acontecimento prova que a Língua Inglesa ainda estava em processo de aceitação entre os portugueses e que as diplomacias entre os dois países foram importantíssimas para a expansão da língua inglesa em terras portuguesas⁸, mesmo tendo o francês como língua preferida. No comércio, por exemplo, a Língua Francesa era o idioma mais usado nas negociações. Alberto Jacqueri de Sales chegou a mencionar na abertura do quinto curso de comércio em 21 de Agosto de 1776 que a língua francesa era essencial para a “sciencia do commercio”, infelizmente, o mesmo não ocorreu com o idioma Inglês (TELES, 2012, p. 53-54).

A aliança que parecia ser vantajosa para ambos aos poucos passou a ser questionada pelos portugueses, pois a Inglaterra não era confiável e se apoderava da situação em que o Estado português se encontrava, fato que desagradava a população. A Inglaterra não respeitava os acordos existentes com Portugal e pouco se preocupava em apoiá-la quando solicitado, conforme pode ser observado nas palavras de Machado:

O defeito não é ser pequena; é confiar em theorias sem fundamento, e entregar a nossa pouca fortuna á administração de outros. Portugal confia demais na Inglaterra, esquecendo que em 1777 e 1779 o nosso douto e enérgico ministro o Marquez de Pombal, não encontrou agasalho algum no gabinete St. James. É preciso recordar os annos de 1759 e de 1814, e lembrar que, o amor dos nossos atilados foi tanto, que até não respeitaram os portos de mar. Falla-se por ahi muito em Inglaterra, e orgulha-se muita gente d'ura tratado de mutua estima, mas a verdade manda que se diga, que,

⁸Portugal só se preocupou com o ensino da Língua Inglesa por volta do século XVII, e a primeira gramática de Ensino de Inglês escrita em Português foi escrita por Jacob de Castro como uma forma de melhorar a comunicação entre os dois países. (SANTOS E. M., 2010, p. 37).

ou essa gente esquece a historia, exagerando os feitos dos ingleses na Península, ou desconhece a politica d'essa nação (MACHADO, 1881, p. 7).

De acordo com Machado (1881), as alianças entre Portugal e a Inglaterra foram prejudiciais para o Estado português, no sentido administrativo e econômico. No entanto, quando tratamos do ensino de Língua Inglesa ela foi essencial, porque ao passo que as guerras europeias aumentavam mais acordos comerciais e militares com a Inglaterra eram feitos, o que pode ter contribuído no aumento de portugueses que queriam conhecer nem que fosse o básico do idioma inglês para facilitar suas transações. Fato que levou à publicação de algumas obras bilíngues que tinham a finalidade de estreitar a comunicação entre eles.

No caso luso-britânico, interesses práticos com relação comercial e político atuaram como catalisador do processo de gramatização bilíngue em Portugal. A longa aliança entre Portugal e Inglaterra possivelmente viabilizou a publicação da primeira gramática de Língua Inglesa em Português. A *Gramatica Anglo-Lusitanica & Lusitano-Anglica ou Grammatica Nova Ingleza e Portuguesa* foi lançada em 1731[...] como a primeira a se propor a ensinar Inglês e Português ao mesmo tempo (TELES, 2012, p. 81).

A *grammatica anglo-lusitanica: or a short and compendious system of an English and Portuguese grammar* teve outras edições nos anos posteriores. Em 1751, 1759 e 1770, o que prova mais uma vez o interesse dos portugueses em conhecer a língua inglesa para melhorar sua relação comercial e militar com a Inglaterra. Uma outra dependência de Portugal em relação à Inglaterra está relacionada ao recrutamento dos soldados. A falta de preparo e de tropas favorecia a Inglaterra nas negociações, já que Portugal não tinha muitas alternativas a não ser aceitar as condições impostas por sua aliada. “O recrutamento de soldados foi um permanente quebra-cabeças” (MONTEIRO, 2010, p.301). A maioria era formada por milicianos e, entre estes, estrangeiros vindos principalmente da Inglaterra. Entretanto, a quantidade prevista de recrutamento nunca era alcançada.

Outro problema constante que enfrentava o exército português foi em relação à chefia do exército, uma vez que poucos tinham alguma experiência militar. Isso ocorria porque os comandantes portugueses existentes não eram pessoas com experiência em guerras, o que fazia com que as necessidades existentes não fossem atingidas. “As urgentes necessidades da monarquia gótica se reduziam a ter bons soldados e generais sempre prontos a guerrear, como um exército acamado” (FERREIRA, 1922, p. 111). No entanto, os comandantes eram pessoas

de famílias reconhecidas pela sociedade que viam o título militar apenas como mais um prestígio para sua família, o que requeria mais uma vez que viessem comandantes ingleses para treinar as tropas:

Mas, para além da sua maioritária inexperiência, os comandos militares portugueses colocavam um outro e decisivo problema: fidalgos destacados pelo nascimento procuravam na guerra servir a Coroa para assim acrescentarem às suas Casas honras e outras mercês por ela doadas. No entanto, a figura do rei nunca teve capacidade para evitar que as disputas pelas chefias entre eles se regulassem por códigos de honra e questões de precedência fracamente distantes do que viriam a ser as idades contemporâneas sobre as disciplinas entre militares (MONTEIRO, 2010, p. 302).

Para tentar solucionar esse problema, foi criado o Colégio Real dos Nobres, no ano de 1761. Por meio dele, pretendia-se qualificar nobres desde a sua infância para servir à Nação, o que eliminaria os problemas administrativos e militares até então existentes.

2.2 Colégio Real dos Nobres e o Colégio Militar

Quando o Marquês de Pombal, Primeiro Ministro do rei D. José I, recebeu autorização de melhorar o desenvolvimento do Estado, criou diversas reformas que visavam tirar Portugal da crise em que se encontrava. Na época, a situação administrativa de Portugal passava por problemas que se agravaram com terremoto de 1755. Uma das formas vistas por Pombal de tirar Portugal desta situação foi através de reformas administrativas nos diversos setores, em especial, na educação.

Entre as reformas educacionais, tomou providências para colocar a educação como responsabilidade do Estado e substituiu os padres jesuítas por professores concursados. Em 1761, Pombal fundou, em Lisboa, o Real Colégio dos Nobres, com a intenção de fortalecer o ensino científico e atrair os jovens aristocratas para profissões de natureza técnico-militar, visando preencher os quadros das Forças Armadas, que com frequência necessitavam de pessoas bem treinadas. O Real Colégio dos Nobres foi a primeira experiência do estabelecimento das novas disciplinas científicas em Portugal e tinha a intenção de formar a nobreza portuguesa através de uma educação voltada para os interesses do Estado no ramo da economia, da política e da vida militar (CARVALHO, 1978, p. 143).

A resolução régia de 19 de outubro de 1759 foi importante para a criação das aulas de Esgrima e da Arte de Cavalaria. Ambas seriam pagas pelo cofre do Colégio, sendo fornecidos os cavalos pelas reais cavalariaças. “Foi uma escola destinada a receber os alunos em processo de formação de “Perfeitos Militares”, sendo os discentes, na realidade, um misto de homens de letras e de soldados” (SANTOS, 2010, p. 80).

Com a Lei de Diretório de 1757 e a **obrigatoriedade** do ensino na Língua Nacional, o Latim começou a perder influência, o que fez com que as Línguas Vivas recebessem maior respaldo. O Estatuto do Colégio Real de Nobres, promulgado em 7 de março de 1761 com o intuito de regular todas as ações dessa instituição, bem como todas as pessoas que nela morassem ou apenas trabalhasse, exalta as Línguas Vivas, pela importância das mesmas no cenário nacional, proibindo que as conversas dentro do colégio, as chamadas “conversações familiares”, fossem feitas nessa língua morta [latim](SANTOS, 2010, p. 82, grifo nosso).

Apesar do Estatuto de funcionamento do Colégio Real dos Nobres ter sido feito em 7 de março de 1761, o Colégio só foi aberto oficialmente em 1766 no antigo Colégio das Artes dirigido pelos padres jesuítas. Antes de sua criação os jovens que eram Fidalgos e Nobres costumavam estudar no Colégio de São Miguel ou no Colégio de Todos os Santos, fundado em Coimbra no ano de 1574, e logo depois no Collegio das Escolas Menores das Línguas⁹, e das Artes, também criado em Coimbra (SOUZA, 2011, p. 70).

A criação do Colégio Real dos Nobres em 1761 foi um marco importante não só para a área das Letras como para a área Militar, pois além de ensinar as matérias essenciais do ensino de Humanidades (Latim, Grego, Retórica, Filosofia e Teologia) estavam presentes alguns elementos das Matemáticas, Astronomia e Física, e era recomendado o ensino de Línguas Francesa, Inglesa e Italiana, conforme o Título VIII do Estatuto. O ensino de Língua no Colégio Real dos Nobres visava preparar os alunos para ler os bons livros que eram escritos nestes idiomas. “Quanto ao método de ensino de línguas, prescrevia-se o uso repetido de exercícios práticos de “viva voz”, devendo ser poupadas em seus excessos as explicações gramaticais” (OLIVEIRA, 2010, p. 62). O Inglês deveria ser objeto de estudo dos estudantes mais promissores e tinha um grau de importância essencial para o aluno, logo atrás da Retórica, Lógica, História e das outras duas línguas estudadas: o Francês e o Italiano. Com

⁹ É importante destacar que as escolas portuguesas do século XVI não incluíam qualquer língua estrangeiras vulgares entre suas matérias de ensino. O Colégio Real ou (das Artes), criado em 1547, apenas consagrava espaço para o ensino das Línguas Latina, Hebraica e Grega (TORRE, 1985, p. 10).

relação aos livros utilizados na instituição, deveriam ser os mais corretos e agradáveis possíveis, uma vez que, além de preparar o aluno para o aprendizado do idioma, deveriam oferecer modelos destacados pelos professores que, mesmo não morando nos colégios, deveriam comparecer nas horas determinadas para as suas lições (SANTOS, 2010, p. 81). A gramática inglesa que seria utilizada no Colégio Real dos Nobres foi lançada um ano após a criação do estatuto. Conforme Oliveira (2010):

De qualquer forma, um ano após a publicação dos estatutos, em 1762, foi impressa uma *Grammatica ingleza* ordenada em portuguez, “na qual se explicão clara, e brevemente as regras fundamentaes, e as mais proprias para falar puramente aquela lingua, composta e dedicada á magestade fidelissima de elrey Dom Jozé o I, nosso senhor” por Carlos Bernardo da Silva Teles de Menezes, militar e “fidalgo da Caza de Sua Magestade”, conforme a folha de rosto do livro. A dedicatória, dirigida à “Vossa Magestade”, creditava a El Rei os novos progressos da “Literatura Portugueza”, o que justificava a temeridade do autor em dar lume à sua pequena obra, produzida, como ele mesmo afirma, nos momentos de descanso do serviço militar (OLIVEIRA, 2010, p. 64).

O número de alunos admitidos era de 100 (AMARAL, 2010b, p. 108). Para serem aceitos, deveriam ser membros de famílias nobres, saber ler e escrever, tendo no mínimo sete e no máximo treze anos de idade, além de pagar anualmente uma pensão de 120.000 réis, em duas parcelas. Os que concluíssem os estudos seriam admitidos às matrículas dos cursos superiores sem dependência de exames e com preferência nos empregos e lugares públicos (OLIVEIRA, 2010, p. 62).

A finalidade do Colégio Real dos Nobres era “formar um quadro de funcionários de elite, não necessariamente - **mas preferencialmente - militares**, e que estivessem a serviço do Estado” (SOUZA, 2011, p. 74, grifo nosso). Os estudantes eram preparados para assumirem cargos nas diferentes áreas como, por exemplo, dos Negócios Estrangeiros e Tribunais Econômicos do interior do Reino. Pombal também utilizaria, no comando do exército português do Brasil, os primeiros alunos que se formassem no Colégio Real dos Nobres (MAXWELL, 1996, p. 127). Ele foi uma expressão “de um programa pedagógico destinado à ampla recuperação e organização de um exército que havia chegado, até então, aos graus extremos da miséria moral e física” (CARVALHO, 1978, p. 45).

O ingresso no ensino superior não era para todos e o Colégio Real dos Nobres também facilitava este acesso. A entrada no ensino superior por parte dos alunos se dava por mérito

intelectual, embora, contraditoriamente, a sua materialização fosse comandada também pela lógica de privilégios, próprios da sociedade da época, o que não configurava, portanto, uma instituição democrática, apesar do ingresso por mérito apontar nessa direção (NASCIMENTO, 2010, p. 35).

Pela Carta de Lei de 13 de Outubro de 1765, foi concedido e doado ao Colégio dos Nobres o privilégio exclusivo para a impressão dos livros de Euclides, de Arquimedes, e de outros clássicos das ciências matemáticas. A escola foi um importante passo para o aperfeiçoamento matemático dos alunos que seguiriam a carreira militar. O seu corpo docente era composto por professores estrangeiros, vindos propositadamente para lecionar algumas cadeiras específicas. Os professores nomeados, eram italianos, com exceção do professor de Retórica, que era português, e os de Grego e Latim que eram irlandeses (BORGES, 2009, p. 6). Isso ocorreu apesar de não ser recomendado professor estrangeiro na instituição. De acordo com Joaquim Ferreira (1922, p. 65), era determinado que o ensino dos idiomas castelhano, francês e inglês fosse dado por professores nacionais. Quanto ao ensino de latim, deveria ser excepcional e mais importante do que o próprio conhecimento da gramática portuguesa.

Quem muito ajudou através de traduções no Colégio Real dos Nobres foi Giovanni Angelo Brunelli (1722-1804). Ele traduziu para português os seis primeiros, do undécimo e do duodécimo livros dos “Elementos de Euclides”, em 1768. Para esta tradução, utilizou a versão latina de Federico Comandini e as notas com que Robert Simson (1687-1768) tinha ilustrado. Sua tradução foi muito apreciada a ponto de ter oito novas edições, até o ano de 1862. Em 1769, aposentou-se do Colégio dos Nobres e regressou finalmente a Bolonha (PAPAVERO *et al.*, 2010).

No entanto, por meio da lei de 10 de Novembro de 1772, as disciplinas matemáticas deixariam de ser prestigiadas no Colégio dos Nobres, pois ela ordenava que os estudos matemáticos, até então professados no Real Colégio dos Nobres, só fossem adotados na Universidade de Coimbra.

Por decreto de 3 de Abril de 1791, foi declarado que na Academia de manejo e arte de andar a cavalo, estabelecida no Real Colégio dos Nobres, podiam ser admitidos como alunos não só os colegiais, mas também outros de fora do colégio que tivessem as qualidades requeridas nos estatutos e entre elas, as de boa educação e procedimento, que os tornassem próprios para se comunicarem com os colegiais nas ocasiões do exercício, verificando a mesa, depois de informação do reitor do colégio, que nos pretendentes à admissão concorriam as sobreditas qualidades. Em 1792, a Escola foi aberta para alunos externos, por meio do decreto

de 16 de junho. Ele informava que o pagamento dos professores deveria ser feito com o Subsídio Literário¹⁰ e que seria permitida a frequência de alunos externos na instituição.

Apesar das boas intenções do Colégio Real dos Nobres em colocar as disciplinas estrangeiras no currículo, o seu uso foi limitado e com atraso. A escola, de forma geral, não atendeu as expectativas requeridas no ato de sua criação, conforme podemos notar nas palavras de Torre (1985):

Como se sabe, porém, o Colégio dos Nobres funcionou mal e durante muito pouco tempo. Em consequência, nem a língua inglesa se viu de facto promovida em Portugal a nível secundário, nem as recomendações metodológicas citadas chegaram a produzir os seus frutos. Em 1765 ainda não havia professores para nenhuma das línguas vulgares propostas nos Estatutos e só em 1785 é que se arranjam professores para inglês e francês. Para italiano nunca chegou a ser encontrada solução docente (TORRE, 1985, p. 18).

O decreto de 4 de Janeiro de 1837 determinou a abolição do Colégio, os colegiais foram remanejados para o Colégio Militar, onde se lhes seria dada instruções convenientes, e nunca inferior àquela que até agora se lhes subministrava, pagando as mesmas prestações que pagavam ao colégio abolido. Quanto aos lentes e demais empregados, trabalhariam em novas escolas que seriam criadas. Já em relação aos pertences da Escola, “ficará à disposição do ministério da guerra, para nele se estabelecer a Escola Politécnica, e os mais estabelecimentos científicos da dependência do mesmo ministério, que ali for conveniente colocar” (AMARAL, 2010c, p. 111).

O Colégio Militar foi estabelecido em 2 março de 1803 no sítio da Feitoria pelo coronel António Teixeira Rebelo¹¹. Ele tinha a função de dar instrução aos filhos dos oficiais do regimento da artilharia da corte, cujo era comandante. De princípio, foi difícil manter a escola funcionando por problemas financeiros e os professores que ensinavam lá faziam isso de forma voluntária. A situação só melhorou com a visita de D. João no ano de 1803 que,

¹⁰ Subsídio literário era a cobrança de uma taxa sobre determinados produtos. Um real a cada canada de vinho, 4 réis sobre a aguardente, 160 réis sobre cada pipa de vinagre, cobrados no Reino, Açores e Madeira. O valor para a América, a África e a Ásia eram diferentes (NUNES, 2008, p. 337).

¹¹ António Teixeira Rebelo Conselheiro foi comendador da ordem de S. Bento de Avis, marechal de campo, ministro e secretário de Estado, fundador e primeiro diretor do Colégio Militar. do qual passou para o regimento da corte. Ele também foi o responsável pela tradução do inglês o *Tratado de artilharia* de João Muller, que foi impresso em 1793 (AMARAL, 2010d).

reconhecendo a dificuldade em manter a escola funcionando, mandou abonar 240 réis diários a cada colegial para sustentação própria e proporcionar módica gratificação aos professores (AMARAL, 2010c, p. 105).

A escola militar visava treinar os moços nobres para servirem e mandarem em sua pátria. Nela podiam estudar jovens nobres com idades superiores a doze anos e que pretendessem ser instruídos nas ciências e nas línguas estrangeiras. “Os mestres para ensinar a língua castelhana, francesa e inglesa necessariamente deveriam ser estrangeiros” (FERREIRA, 1922, p. 195). Desta forma, eles teriam um melhor contato com o idioma, o que aumentaria as chances de desenvolverem as quatro habilidades básicas de uma língua: ouvir, falar, escrever e ler.

2.3 A instrução militar no Brasil

A instrução militar no Brasil foi, na verdade, uma expansão da existente em Portugal. Não só os métodos e formas de ensino, como também a valorização das línguas modernas estiveram presentes nas escolas brasileiras, pois elas seguiam os mesmos regimentos das escolas militares portuguesas.

A Academia Real Militar¹² do Rio de Janeiro, primeira instituição de ensino superior na área militar no Brasil, teve seu surgimento em 1810, dois anos após a chegada da família real ao Brasil. Antes da sua chegada existiam aulas de Artilharia e Engenharia Militar na Bahia desde 1714 e em Pernambuco existiam Aulas de Fortificação e Artilharia desde 1788. Já no Rio de Janeiro foi criada a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho em 1791 (DOMINGUES, 2012, p. 1). Contudo, existem relatos de ensino militar no Brasil desde 1648, por meio do holandês Miguel Timermans, engenheiro de fogo que ensinou os trabalhos de fortificações. No entanto, a primeira intenção oficial da Corte Portuguesa em criar uma escola de engenharia pode ser encontrada na Carta Régia de 15 de janeiro de 1699, que manifestava o desejo de criar no Brasil um curso de Formação de soldados técnicos na arte de construção de fortificações (LUCENA, 2005). A criação do ensino superior militar no Brasil está fortemente relacionada aos fatos que ocorriam na Europa no início do século XIX:

¹² Academia Real Militar mudou de nome várias vezes; entre estas podemos citar as mudanças para Imperial Academia Militar, em 1822; Academia Militar da Corte, em 1832; Escola Militar, em 1840 e Escola Central, a partir de 1858 (LUCENA, 2005, p. 7).

[...] A despeito da renovação da guerra em 1803 entre a Inglaterra e a França, a nossa prosperidade nacional não experimentou o sensível detrimento em quanto o paiz não foi invadido pelo exercito francez ás ordens do general Junot, o que teve logar pelo fins do anno de 1807. Bem que Portugal fosse até então obrigado a comprar a sua neutralidade, e tivesse que pagar á França em 1804 seis milhões de cruzados para obter [...] (SORIANO, 1866, p. 39).

Em 1807, Napoleão Bonaparte, imperador da França, obrigaria as duas únicas nações neutras da costa atlântica da Europa, Dinamarca e Portugal, a participarem da guerra contra a Inglaterra, o que seria “um pesadelo” para o príncipe regente, D. João. Não querendo quebrar sua aliança com os ingleses e ao mesmo tempo obedecer às ordens de Napoleão o príncipe viu-se obrigado a fugir para o Brasil, pois ele era responsável por cerca de metade da receita do Estado¹³ e Napoleão não era confiável (RAMOS, 2010, p. 440).

As ordens da França para com Portugal eram as seguintes: fechamento dos portos portugueses à marinha inglesa, declaração de guerra à Grã-Bretanha e que juntasse as forças marítimas da França e Espanha (SORIANO, 1866, p. 51). Antes de desobedecer às ordens impostas, D. João tomou o cuidado de pedir ajuda à Inglaterra, levando os portugueses a um acordo secreto feito com os ingleses no dia 22 de outubro do mesmo ano. “O Governo português negociou com o Governo inglês um plano de colaboração antinapoleônico, onde constava a partida de Portugal da Família Real e da Corte para o Brasil, depois de ser ponderada a hipótese da ilha da Madeira” (LEAL, 2008, p. 28-29).

O ministério a serviço de D. João VI estava composto por D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1745-1812), mais conhecido como o Conde de Linhares, Ministro da Guerra e dos Estrangeiros; D. Fernando José de Portugal, depois Conde de Aguiar (1752-1817), responsável pela pasta dos Negócios do Brasil; e João Rodrigues de Sá e Melo, o Visconde de Anadia (1755-1809), encarregado do Ministério da Marinha e Ultramar (OLIVEIRA, 2006, p. 33). Antes de partir para o Brasil, o príncipe entregou o governo a um Conselho de Regência e ordenou que recebessem o exército francês de forma amistosa. Com isso, ele esperava manter autoridade em Portugal, mesmo com o exército francês em Lisboa.

¹³A dependência de Portugal das riquezas brasileiras era tanta que tanto o padre Antonio Vieira(1608-1697) como Dom Luís de Cunha, diplomata português, já previam a transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro (OLIVEIRA, 2006, p. 32) (MAXWELL, 1996, p. 16).

Na fuga do príncipe regente D. João, juntamente com sua Corte Portuguesa para o Brasil, motivada pela desaprovação de Napoleão Bonaparte aos acordos comerciais existentes entre Portugal e a Inglaterra¹⁴, vieram cerca de 15 mil pessoas influentes e servos reais que viviam em Portugal¹⁵(COELHO; VASCONCELOS, 2009, p. 2). Temendo um possível confronto naval durante a partida, navios ingleses fizeram sua proteção. “Em troca dessa escolta, seria certo que o Governo Português deveria aceitar todas as estipulações impostas, o que resultou, posteriormente, na abertura dos portos às nações amigas em 1808 e nos tratados de 1810” (CARVALHO, 2012, p. 44).

Tal atitude do príncipe regente faria do Brasil a futura sede da Corte Portuguesa, e, por sua vez, o seu desenvolvimento econômico, político, social e cultural passariam por diversas transformações, já que era necessária uma infraestrutura apropriada para atender as necessidades dos novos moradores que eram nobres, empregados da corte, médicos e generais. “A política joanina se preocupou em transformar a nova sede da corte num centro de cultura, com acesso a um mundo de conhecimento e produção intelectual, antes muito controlado pela Metrópole” (CARDOSO, 2002, p. 179).

Na fuga, D. João trouxe consigo oficiais militares para capacitar as tropas existentes no Brasil. Além disso, ele se preocupou em trazer uma boa parte das riquezas de Portugal e dos principais livros da biblioteca real, o que incluía cerca de 60 mil volumes (GOMES, 2007, p. 67).

A pressa foi tanta que, na confusão da partida, centenas de caixas repletas de prata das igrejas e milhares de volumes da preciosa biblioteca real, entre outras coisas ficaram esquecidas nos cais de Belém, em Lisboa [...] Os livros da Real Biblioteca, que incluía a primeira edição de *Os lusíadas*, de Camões, antigas cópias manuscritas da bíblia e mapas ainda em pergaminho, só chegariam ao Brasil mais tarde, em três viagens consecutivas: a primeira em 1810 e as outras duas em 1811 (GOMES, 2007, p. 23).

O ato de D. João foi calamitoso para Lisboa porque a cidade ficou indefesa enquanto esperava as tropas inimigas que se aproximavam. O resultado foi que os bens mais valiosos

¹⁴ Em 1807, o imperador francês Napoleão Bonaparte era o senhor absoluto da Europa. Ele só não tinha conseguido subjugar a Inglaterra. Portugal tentou manter a neutralidade entre a disputa existente entre Inglaterra e a França, o que não foi possível continuar por muito tempo. Foi então que D. João preferiu fugir ao Brasil, protegido pelas frotas Inglesas do que arriscar um confronto direto com o exército de Napoleão (GOMES, 2007, p. 34-36).

¹⁵ Entre as pessoas que fugiram estão nobres, conselheiros reais, juízes, advogados, comerciantes, médicos, bispos, padres, damas de companhia, professores e até militares. Essas pessoas fariam do Brasil a nova Corte Portuguesa (GOMES, 2007, p.68).

que não foram levados pelo príncipe ao Brasil acabaram sendo saqueados pelo exército de Napoleão, comandado por Junot:

E note-se bem n'este tempo, estava a nossa pátria desprovida de todos os recursos materiaes; não havia armas, não havia dinheiro, por que as melhores riquezas foram levadas para o Brazil pelo sr. D. João VI, e para França pelos generaes de Napoleão (MACHADO, 1881, p. 13).

No entanto, o Brasil se beneficiaria com a sua fuga, principalmente em relação às forças armadas, que até então eram desqualificadas e frágeis, a tal ponto que não merecia nem mesmo o nome de exército (MOTTA, 1998, p. 16). A transferência da Corte para o Rio de Janeiro também foi uma oportunidade para a elite local obter privilégios no mercado, prestígios e influência política (KIRSCHNER, 2009, p. 151).

A transferência da corte em 1808 valorizaria a força militar brasileira, melhorando a capacitação dos militares que aqui existiam nas funções de natureza técnica, baseada em conhecimentos de matemática e desenho, adquiridos nas aulas de Artilharia e Engenharia Militar, já existentes em Portugal, e que no Brasil foram introduzidos em 1714 na Bahia; em 1788 no Pernambuco, com nome de Aulas de Fortificação e Artilharia; e em 1792 no Rio de Janeiro, que tinha o sexto ano dedicado à Arquitetura Civil (CARDOSO, 2002, p. 98). Os responsáveis por supervisionar estas aulas seriam os dois comandantes mais capacitados por Conde de Lippe. Dom Luiz Antônio de Sousa, o morgado de Mateus, nomeado governador da capitania restabelecida de São Paulo (1765), e o marquês de Lavradio, que se tornou governador da Bahia em 1768 e mais tarde vice-rei do Brasil no Rio de Janeiro (1769) (MAXWELL, 1996, p. 126).

Pensando nas futuras ameaças que poderiam sofrer, mesmo tendo fugido a tempo, o príncipe tomou providências para manter a ordem e garantir a proteção dos portugueses que passariam a morar no Brasil. Ele criaria não só a Academia Real da Marinha e da Academia Real Militar como aos Arsenais de Guerra da Marinha (1824) e do Exército em (1832). Tudo para tentar manter a cultura da ordem da civilidade (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 98). No ano de 1817, foi construído o Senado da Câmara, a casa de pólvora e foram adquiridos recursos para auxiliar às vítimas da guerra no reino. “Em troca, o príncipe retribuía com mercês, cargos, prestígios, franquias, privilégios de mercado, isenções, sesmarias e concessões de arrematações de impostos”, principalmente aos habitantes intimamente ligados à corte

(KIRSCHNER, 2009, p. 151). Ele teve o cuidado de criar instituições superiores voltadas às atividades militares:

As primeiras instituições de ensino superior fundadas pelos portugueses no Brasil Colônia, estavam diretamente articuladas às atividades militares, decorrentes da ocupação portuguesa e sua defesa. Elas se destinavam à formação de pessoal que os auxiliasse na construção de embarcações de diferentes portes, usando material local; portos, destinados à atracação de embarcações que carregavam e descarregavam as mercadorias de troca; fortificações, que protegessem os militares aqui aquartelados na manutenção da colônia; estradas, que permitissem os deslocamentos para o interior das terras descobertas; minas, na exploração das riquezas do subsolo; engenhos para produção de açúcar de cana e farinha de mandioca. Assim é que, em 1808 é criada a Academia Real da Marinha, no Rio de Janeiro, e, em 1810, a Academia Real Militar, para formação de oficiais e de engenheiros civis e militares (COELHO; VASCONCELOS, 2009, p. 2).

A chegada da Corte também melhorou o ensino de Línguas no Brasil, pois foi D. João VI que institucionalizou o ensino público de Línguas no ano de 1809, criando as duas primeiras Cadeiras, sendo uma de Língua Inglesa e outra de Língua Francesa. Os professores responsáveis por tais aulas foram: o padre irlandês John Joyce, de Língua Inglesa e padre René Boiret, de Língua Francesa (OLIVEIRA, 1999, p. 26).

Boiret era um professor bastante experiente, tendo lecionado no Colégio Real dos Nobres por um salário menor (200\$00 réis). Em 9 de setembro do mesmo ano o padre irlandês John (João) Joyce foi nomeado professor de Língua Inglesa. De acordo com o Colégio Brasileiro de Genealogia, John Joyce foi um religioso, natural da Irlanda, tendo também exercido as funções de Cavaleiro da Ordem de Cristo e Reitor do Colégio de São Patrício. Assumiu a cadeira de Língua Inglesa do Seminário de São José de 1809 a 1821, ano de seu retorno a Portugal [...] (SANTOS, 2010, p. 96).

Por eles não serem portugueses subentende-se que o uso da língua estrangeira era frequente durante as aulas, o que ajudava ainda mais o aprendizado delas. Mais detalhes sobre as aulas e os livros utilizados nelas serão discutidas na seção 2.

2.3.1 A criação da Academia Real Militar

A Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810 foi o documento responsável pela criação da Academia Militar. Foi através dela que D. Rodrigo de Souza Coutinho¹⁶ (1755-1812), Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, teve a aprovação de D. João para criar no Brasil a primeira instituição militar de ensino superior.

A carta foi um informativo detalhado de como deveria funcionar o estabelecimento. Entre os detalhes nós encontramos informações de quem seriam os responsáveis pelas aulas, o período que duraria o curso e o que seria estudado. Nela também existe informação que, caso necessário se teria um professor de ensino de língua estrangeira, da qual seria o alemão, francês ou inglês, objeto dessa pesquisa (BRASIL, 1810).

As aulas na instituição só foram iniciadas em 1811 e com a intenção de formar um soldado completamente formado nas ciências matemáticas e de observação¹⁷. Nesse mesmo ano, o Brasil possuía uma população de cerca de quatro milhões habitantes e dentre esses apenas quatro mil pertenciam às forças armadas, que até aquele momento estavam desqualificados para exercerem as suas funções (MOTTA, 1998, p. 17). “As tropas, mínimas em quantidades e bisonhas quanto à formação, invés de contribuir, mostrava-se como um verdadeiro empecilho ao desenvolvimento e à segurança do Império” (ABREU, 2006, p. 8).

A aula inaugural ocorreu em uma sala de Casa do Trem no dia 23 de abril de 1811. Em 1812, um ano após sua inauguração, as aulas mudaram de local, dessa vez para um prédio onde tempos depois funcionaria a Escola Nacional de Engenharia (OLIVEIRA, 2010, p. 67). A Figura 1, mostra a casa de trem onde iniciou-se as primeiras aulas da Academia Real Militar.

¹⁶ D. Rodrigo de Sousa Coutinho foi secretário de Estado da Marinha e Ultramar e, em seguida, da Fazenda de 1796 a 1803 e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra durante o reinado de D. João no Brasil, de 1808 a 1812. Ele teve o papel de reorganizar e consolidar o exército português no Brasil e com espírito racionalizador à iluminista, o ministro levou a sério seu trabalho a ponto de reestruturar o exército (WEHLING; WEHLING, 2012, p.18-19).

¹⁷ Na mesma semana que se iniciaram as aulas militares saiu na imprensa notícia de vendas de livros matemáticos e de assuntos militares. Entre esses estão: Elementos d'Álgebra, de Leonardo Eule; e instruções para o exercício dos Regimentos de Infantaria (MOTTA, 1998, p.30).

Figura 1 - Casa de Trem – primeiro local de estabelecimento da Academia Real Militar do Rio de Janeiro.



Fonte: Conselho Nacional de Oficiais.

A Academia Militar tinha dois focos: formação de oficiais e de engenheiros. Essa dupla formação já se encontrava presente em Portugal e foi expandida também para o território das Américas. A importância dessa dupla formação esteve bem evidente quando Marquês de Pombal utilizou o exército para reconstruir todo o Estado português no período pós-terremoto, em 1755 (MAXWELL, 1996). Abreu (2006) chega a afirmar que a formação acadêmica no estatuto não estava relacionada a preparar os militares apenas para as guerras, mas também para urbanização das cidades.

A própria gênese da academia está muito mais relacionada a formação de um quadro de engenheiros, necessário para conduzir as inúmeras obras urbanísticas e prediais, do que para a formação de quadros de infantaria e cavalaria especialistas na arte das guerras (ABREU, 2006, p. 15).

A dupla formação da Academia Militar, engenheiros e oficiais de combate, apesar de ter boas intenções, uma vez que eles também poderiam ser utilizados em tempo de paz para realizarem obras para o bem público, sobrecarregava o currículo, pois nem no Brasil e nem em Portugal tinha lentes suficientes que atendessem o currículo imposto pelo estatuto. Até porque para manter uma escola militar era difícil naquele período e uma Academia que oferecia dupla formação era um problema ainda maior. Foi necessário fazer diversos ajustes e improvisos, pois todo o domínio português carecia de professores e de livros didáticos. Muitos desses tiveram que vir de Coimbra (MOTTA, 1998).

A Carta de Lei de 1810 menciona que a Junta Militar deveria ser composta de cinco membros, sendo que o presidente seria um tenente-general do Corpo de Artilharia ou de Engenharia¹⁸. Quanto aos professores que lecionariam na Academia Real Militar seriam onze titulares e cinco substitutos, podendo ter um professor de língua estrangeira, caso necessário. De acordo com ela, o primeiro currículo da Academia Militar seria organizado da seguinte forma, como mostra o Quadro 1.

¹⁸ O presidente da junta foi o Tenente General Carlos Antônio Napion, oficial italiano, contratado em 1800 pelo Exército Português, que prestou relevantes serviços tanto em Portugal como no Brasil, para onde veio em 1808 com a Família Real.

Quadro 1- Currículo da Academia Militar (1810-1832)

CURRÍCULO MILITAR DE ACORDO COM O ESTATUTO DE 1810	
ANO DE ESTUDO	DISCIPLINAS
1º ano	Aritmética, Álgebra, Geometria, Trigonometria e Desenho;
2º ano	Álgebra, Geometria, Geometria Analítica, Cálculo Diferencial e Integral, Geometria Descritiva e Desenho;
3º ano	Mecânica, Balística e Desenho;
4º ano	Trigonometria Esférica, Física, Astronomia, Geodésia, Geografia Geral e Desenho;
5º ano	Estratégia, Castrametração, Fortificação de campanha e reconhecimento do terreno e Química;
6º ano	Fortificação regular e irregular, ataque e defesa de praças, Arquitetura civil, estradas, portos e canais; Mineração e Desenho;
7º ano	Artilharia, Minas e História Natural.

Fonte: Elaborado com base na Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810 (BRASIL, 2010).

Entre os professores selecionados para lecionarem as disciplinas da Academia estavam Antônio José do Amaral (1782-1840), formado em Matemática pela Universidade de Coimbra em 1807, José Saturnino da Costa Pereira (1773-1852), formado em Matemática pela Universidade de Coimbra, Francisco Cordeiro da S. Torres e Alvim (1775-1856), formado em engenharia pela Academia Real das Guardas-Marinhas, José Vitorino dos Santos e Souza (17??-1852), formado em Engenharia, João José de Souza, graduado pelo Real Corpo de Engenheiros, Manoel Ferreira de Araújo Guimarães (1777-1838), sargento do corpo de engenho, Luiz Antônio da Costa Barradas, doutor em filosofia pela Universidade de Coimbra, João de Souza Pacheco Leitão (1770-1855), sargento-mor do corpo de engenheiros, Daniel Gardner (1785- 1831), formado em medicina, Manoel da Costa Pinto (1780- 1852), formado em Matemática, Eduardo Thomaz Colville, lente de língua inglesa (MAGALHÃES, 2006, p. 47). Com relação a nacionalidade, apenas um deles era inglês, Daniel Gardner, os demais eram portugueses e brasileiros.

Quando observado com atenção é possível perceber que a língua inglesa não fazia parte do currículo obrigatório, porém ela ajudou a entender os compêndios militares que eram utilizados durante as aulas. Sua importância entre as línguas estrangeiras estava abaixo apenas do Francês, idioma original dos livros militares utilizados na Academia antes das traduções.

O responsável pela criação, pela elaboração do currículo e pela seleção dos professores da Academia Real Militar foi D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Homem ilustre que trouxe melhorias para o Brasil tanto em sentido administrativo como militar. Ele também foi um dos

responsáveis pela expansão do ensino de inglês no Brasil, pois ele seguia os passos de seu padrinho, Marquês de Pombal.

2.3.2 D. Rodrigo de Sousa Coutinho

D. Rodrigo de Souza Coutinho era filho de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho e de D. Ana Luísa Joaquina Teixeira da Silva de Andrade. Ele também teve como padrinho Marquês de Pombal. Devido a sua aproximação com Pombal foi educado e supervisionado diretamente por ele, o que ajudou para que futuramente pudesse exercer um papel importante perante o rei, destacando-se nas negociações existentes entre Portugal e Inglaterra.

Coutinho estudou no Colégio dos Nobres e cursou direito na Universidade de Coimbra. Em 1777, logo após a morte de D. José I, ele iniciou sua carreira diplomática como ministro em Turim, capital do Reino de Sardenha, um dos estados independentes em que se subdividia a Itália. Permaneceu em Turim durante 15 anos, até que regressou para integrar o governo de D. João VI no ano de 1796. Ele substituiria Martinho de Mello e Castro (1716-1795), que tinha morrido e exerceria a função de ministro e secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro de Turim, veio substituir na marinha a Martinho de Mello e Castro, que acabava de falecer[...] homem de bem, cheio de patriotismo, dotado de extensos e variados conhecimentos, e inimigo da supertisão; mais estas boas qualidades, obscurecidas pela violencia e inconstancia de gênio, e precipitação nas suas resoluções, tornavam-n'o o joguete de numerosos lisonjeiros e projectistas, de que se achava cercado, e que lhe não permittiam nem reflectir antes de emprehender qualquer coisa, nem amadurar seus planos antes de os levar a efeito (SORIANO, 1866, p. 26).

Ele foi um dos principais ministros durante a regência de D. João VI e recebeu o título de Conde de Linhares. Sua preocupação com a situação que se encontrava o Brasil fez com que providenciasse algumas melhoras para o território português ultramarino mesmo antes de ser ministro de D. João VI. Entre os anos de 1769 a 1799, foi o responsável com Pombal, pelas exportações de produtos brasileiros. Contudo, o aumento da exportação era lento, com a exceção do café, sendo necessário criar uma Caixa de Crédito para financiamento de produtos na Bahia (KIRSCHNER, 2009, p. 96). “Era ele a cabeça mais lúcida e o braço mais enérgico dentre os que cercavam D. João VI” (MOTTA, 2008, p. 16).

Entre outras melhorias conseguidas por ele durante sua passagem no Ministério está a organização de uma instituição científica denominada Sociedade Marítima, Militar e Geográfica, destinada a recuperar a tradição portuguesa dos estudos náuticos e prosseguir o dinamismo econômico. Ele também fez as primeiras tentativas de criar indústrias siderúrgicas com técnicas francesas em São Paulo e criou uma solução para a falta de carne existente no Rio de Janeiro no ano de 1808 (PAIM, 2009, p. 267-268). “Foi autor de arrojados projetos de reforma institucional, os quais abrangiam economia, educação e criação de escolas especializadas, além de ter sido um dos que apoiavam a transferências da corte para o Brasil” (OLIVEIRA, 2014, p. 208). Contudo, seu pensamento a favor do bem público não era bem visto perante os demais portugueses, como afirma Soriano (1866):

Este ministro mostrou sempre um desejo tão ardente pelo bem publico, que muitas vezes degenerava em furor; e a par de muitas medidas intempestivas e projectos gigantescos, ou mal combinados, prestou verdadeiros serviços á patria, quer durante o tempo que teve a pasta da marinha, quer depois que passou a ser ministro da fazenda e presidente do erario. Fundou pois a academia da marinha - protegeu por meio de comboys o commercio - animou as artes e as sciencias - e convidou muitos estrangeitos distinctos a virem estabelecer-se em Portugal, aproveitando os talentos dos que já aqui existiam (SORIANO, 1866, p.41-42).

Em 26 de junho de 1808, D. Rodrigo de Souza Coutinho criou uma Junta Administrativa para a Impressão Régia que seria composta por três diretores, sendo estes: José da Silva Bernardo de Castro, José da Silva Lisboa e Mariano Pereira da Fonseca. A Imprensa Régia foi criada com a intenção de imprimir todos os documentos oficiais e outras obras de interesse do Estado (KIRSCHNER, 2009, p. 155). No dia 10 de setembro de 1808, a Impressão Régia começaria a imprimir a *Gazeta* do Rio de Janeiro que era, na verdade, uma imitação da *Gazeta* de Lisboa e periódicos traduzidos de artigos publicados na imprensa mais conservadora da Europa. “Apesar de seu caráter oficial, a *Gazeta* do Rio de Janeiro era propriedade dos oficiais da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, que não só administravam como também tinham participação nos lucros da empresa” (LUSTOSA, 2000, p. 69).

D. Rodrigo de Sousa Coutinho também foi o responsável por criar o currículo existente na Academia Militar no primeiro estatuto, que duraria de 1810 a 1832. Na visão portuguesa, seria uma forma de criar um exército português no Brasil a serviço de Portugal, não sabendo que no ano de 1822 o Brasil conquistaria sua independência. Na sua elaboração

Coutinho levou em conta o estatuto da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho, fundada em Lisboa e as reformas universitárias propostas pelo Marquês de Pombal, o que resultou em um currículo de sete anos para uma dupla formação: oficiais do exército e engenheiros (MOTTA, 1998, p. 20-21).

Os portugueses temiam a independência do Brasil de tal forma que D. Rodrigo Sousa Coutinho enfrentou pressões advindas dos generais portugueses que moravam aqui. Eles tentaram boicotar a criação da Academia Militar, e uma dessas formas foi por não remeter os livros e compêndios que versavam sobre a estratégia militar portuguesa, proibindo quaisquer tipos de uso por parte da Academia Real Militar existente no Brasil (ABREU, 2006, p.25). No entanto, Portugal visava padronizar as tropas militares dos dois lados do Atlântico desde 1775, quando Pombal elaborou um mesmo regulamento que deveria ser seguido em Portugal e no Brasil, inclusive no que se referiam as disciplinas militares (MAXWELL, 1996, p. 128).

A uniformização de métodos e procedimentos técnicos e científicos era, portanto, uma tarefa fundamental da Academia Militar do Rio de Janeiro para Coutinho. Isso passava por uma padronização dos conteúdos dos currículos, dos processos de avaliação e, naturalmente, dos métodos e formas de ensino. Contudo, essa uniformização foi comprometida pela proibição do uso dos livros militares portugueses pelo exército no território ultramar.

A proibição do uso dos livros e compêndios militares pelo exército português no Brasil favoreceu o ensino de Línguas Estrangeiras. Assim, já que os livros militares portugueses existentes não podiam ser utilizados pela Academia Militar, seria necessário utilizar livros estrangeiros que se encontravam escritos principalmente em francês. Percebe-se que, apesar de todos os livros militares obrigatórios que seriam utilizados na Academia Militar do Brasil durante o primeiro estatuto serem de escritores franceses, a Carta de Lei de 1810 dizia claramente que a academia tinha o direito, se necessário, de ter um lente na Academia Militar de Francês, Inglês ou Alemão, o que mostra mais uma vez a forte aliança existente entre Portugal e Inglaterra, já que o idioma inglês não era tão necessário.

Por outro lado, é importante ressaltar que a “amizade” existente entre Portugal e Inglaterra era na verdade uma troca de interesses e D. Rodrigo de Sousa Coutinho foi um dos mediadores desta negociação. De um lado, Portugal necessitava de ajuda militar para manter o Estado Português e do outro a Inglaterra queria expandir seu comércio não só com Portugal mas também com seus territórios ultramarinos. Ciente de que a negociação com os ingleses pressupunha uma compensação pela proteção dispensada a Portugal na ocasião da invasão

francesa, Coutinho foi incumbido de elaborar um tratado de aliança e comércio com a Inglaterra (KIRSCHNER, 2009, p. 177) uma vez que ele pertencia ao “partido inglês”¹⁹. Esse tratado foi um grande marco para o aprendizado de língua inglesa entre os portugueses, pois ele abriria os portos brasileiros para a comercialização com a Inglaterra.

Em 1812, um ano depois do funcionamento da Academia, D. Rodrigo de Sousa Coutinho faleceu e a instituição começaria a enfrentar novos problemas. O primeiro grupo de professores formado pela junta militar aos poucos estava sendo dissolvida, pois esses ingressavam na vida política ou não se adaptavam ao magistério. As cadeiras frequentemente ficavam vazias por não haver professores capacitados, o que fez com que disciplinas essenciais deixassem de ser ensinadas. A situação ficou tão crítica que em 1824 existiam apenas seis lentes para preencher doze cadeiras:

Em 1824 a situação se agrava e a Junta, angustiada, apela para o ministro, pois que, “para preencher doze cadeiras- cinco de matemática, três militares e quatro de ciências naturais, existem apenas seis lentes”. Em 1828 a coisa é pior, e as palavras são estas: “cumpre agora fazer ver claramente as dificuldades e talvez a impossibilidade de desempenhar o ensino dessas aulas, pois que o lente do terceiro ano está na presidência do Mato Grosso, o de Física é deputado à Assembléia Geral, o do sétimo ano é Governador das Armas, no Pará, os do quinto e sexto anos empregaram-se em comissões, o de Desenho está na França” (MOTTA, 1998, p. 39).

Além do problema com a falta de lentes que assumissem as cadeiras que ficavam vazias, o número de alunos estava regredindo. Em 1811 se matricularam 74 alunos, já em 1817 o número foi de apenas 6 e em 1818 foi 3 (SIQUEIRA E MORELLO, 2011, p. 17). Isso ocorreu devido às ideias de independência que começavam a surgir entre a população civil e militar.

2.3.3 A instrução militar no período de independência

As ideias de independências tiveram diversos fatores. Entre estes podemos citar: a indecisão de D. João VI entre partir para Portugal ou permanecer no Brasil, a revolução liberal

¹⁹ Partido inglês refere-se à corrente de opiniões que sustentavam a conveniência existente com aliança Inglesa, colocando as tropas portuguesas europeias sob o poder do General Beresford e as tropas do Rio de Janeiro sob o poder do Lord Strangford (MOTTA, 1998, p. 31).

que ocorreu em Portugal no ano de 1820; o descontentamento existente entre o exército de Portugal com relação ao exército existente no Brasil e a submissão do exército português ao marechal John Beresford (FAUSTO, 1995, p. 130). Todos esses fatos afetaram direta e indiretamente o ensino militar existente no Brasil.

Em 1814, o marechal inglês John Beresford, oficial responsável por todo exército português, enviou dois navios de linha para conduzir D. João VI de volta a Portugal. No entanto, ele preferiu permanecer no Brasil e ao mesmo tempo elevá-lo a Reino Unido de Portugal, em 16 de dezembro de 1815. “Portugal funcionava como uma simples regência subordinada à influência do Chefe do Exército, o marechal inglês John Beresford, e era obrigado a receber ordens de uma distância de duas mil léguas” (LUSTOSA, 2000, p. 80). Isso obrigou D. João VI a retornar a Portugal no ano de 1821, caso não quisesse ser destituído do trono, ficando em seu lugar D. Pedro I.

A educação militar nesse período estava turbulenta. No ano de 1817, ocorreu a Revolução Pernambucana, o que acarretou o trancamento da matrícula de muitos alunos, pois teriam que combater os revoltosos. Até professores tiveram de ajudar a conter a revolta, não sabendo que o Brasil estava dando os primeiros passos para conquistar sua independência. Nas salas de aula, nos pátios de recreio, a política portuguesa não agradava aos militares brasileiros, o que fez com que esses exigissem do Príncipe e Rei, D. Pedro I, submissão aos princípios democráticos (MOTTA, 1998, p. 36-37).

A estrutura militar oficial anterior à independência, e que, como estrutura, sobreviveu à independência, se caracterizava, entre outras coisas, pela discriminação contra os elementos nativos.[...]Não surpreende, pois, que os oficiais brasileiros, todos subalternos, fossem encarados como conspiradores em potencial. Nas rebeliões provinciais que antecederam a independência, a de 1817 por exemplo, a hostilidade de que era vítima a oficialidade brasileira deu lugar, de início, a violentos choques entre uns e outros, entre os oficiais brasileiros e os comandos e oficiais portugueses (SODRE, 1979, p. 88).

Na conspiração de 6 de março de 1817, Domingos José Martins²⁰ (1781-1817) foi acusado de ser o cabeça responsável pelas rebeliões que se estendiam de Pernambuco a Bahia. Ele e os demais líderes das rebeliões acabaram sendo presos e depois sentenciados a morte

²⁰ Domingos José Martins é tido como um dos heróis da Pátria, sendo reconhecido publicamente em 15 de setembro de 2011, pela Lei N° 12.488.

(SORIANO, 1866, p. 74). Porém, essa atitude não seria suficiente para manter a ordem no Brasil. “No Rio de Janeiro, manifestações populares e das tropas portuguesas forçaram o rei a reformular o ministério, a criar juntas onde elas não existiam e preparar as eleições indiretas para as Cortes” (FAUSTO, 1995, p. 130).

O Príncipe D. Pedro foi decretado imperador do Brasil em 12 de outubro de 1822, poucos tempo depois do Brasil conquistar a sua independência de Portugal. A Inglaterra se mostrou favorável à independência, pois ela via o Brasil como uma expansão do território comercial e passou a ser mediadora entre a guerra que poderia surgir entre Portugal e Brasil (ALMADA, 1946, p. 60). Com a independência, as tropas portuguesas que até então eram hostis às brasileiras foram retiradas em 2 de junho de 1823 e no dia 3 de maio do mesmo ano, a Assembleia Constituinte reconheceu o Brasil como independente. Contudo, as dificuldades em manter a qualidade na instrução militar ainda estavam presentes.

Os problemas de manter o bom funcionamento da instituição que tinha um currículo considerado exagerado fez com que se pensasse em uma reformulação do estatuto com a finalidade de diminuir o tempo de permanência dos alunos na instituição e de atender apenas ao serviço militar. O Estatuto criado em 1810, que oferecia uma dupla formação, permaneceria apenas até 1832, quando foram tomadas medidas para criação de um estatuto mais condensado. As ideias de mudanças no estatuto começaram a surgir em 1823, por meio de sugestões e projetos elaborados por professores da própria Academia, mas que não ganharam força e nem seguiram adiante. O novo estatuto visava aumentar o número de exercícios práticos e o número de alunos com diplomas, já que muitos desistiam antes de concluir (MOTTA, 1998, p. 46-47).

A carreira militar e a patentes que o indivíduo podia chegar estavam intimamente relacionadas à sua classe social. As forças armadas eram um ramo da aristocracia metropolitana no final da fase colonial e para fazer parte dela era necessário ser de origem nobre ou possuir título universitário, ou mesmo possuir nem que fosse o mínimo de competência para exercer o posto de cadete. Quanto mais influência ou riqueza ele ou sua família tivessem maior a patentes que ele poderia chegar. No entanto, para evitar a promoção do militar por favorecimento familiar e não por competência, passou a ser necessário um concurso de capacitação para os cadetes que desejassem ser promovidos a oficiais, a partir de 1824 (TREVISAN, 2005, p. 15).

“Ser um oficial era antes uma honraria que uma profissão” (ABREU, 2006, p. 14). Poucos brasileiros possuíam o título de oficial antes da independência, quando estes

conseguiram atingir um nível elevado, eram sempre vistos com desconfiança perante os portugueses. Todavia, não podemos esquecer que, em sua maioria, os militares vinham das camadas sociais mais baixas, não conseguiam se crescer na carreira militar e muito menos chegar a ser um oficial. Trevisan chega a dizer que

O filho de quem era rico, dono de muita terra, que queria estudar, era mandado para as faculdades da Europa, principalmente Coimbra. Quem também era rico, mais não tanto, mandava seus filhos para as faculdades de Direito – as Academias de São Paulo ou de Recife. Para os remediados (de fato, os moços pobres) sobrava a carreira das armas. O Exército pagava pouco, atrasava o pagamento e dava pouco prestígio social também (TREVISAN, 2005, p. 15).

Os problemas dos atrasos e baixos salários dos militares não eram novos. Desde antes da criação da Academia estes problemas já existiam. Temos como exemplo o fato ocorrido na partida de D. João ao Brasil. Durante sua partida ele trouxe consigo metade do dinheiro existente em Portugal, deixando apenas “dez mil cruzados no erário, havendo já tres mezes que os officiaes do exercito não recebiam saldo” (SORIANO, 1866, p. 59).

A escolarização patrocinada dentro da esfera militar também estava relacionada ao desenvolvimento de ofícios nos arsenais da Marinha e do Exército como se fosse uma espécie de internato. Tal atitude tinha uma perspectiva assistencialista, já que os jovens aprendizes precisavam ser necessariamente órfãos, indigentes, expostos da Santa Casa de Misericórdia ou filhos de pais reconhecidamente pobres (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 98). Gondra e Schueler afirmam que

O trabalho nos arsenais deveria ser desenvolvido em um edifício dirigido por um hábil, que recebia os moços pobres que lhe fossem oferecidos, ou escolhidos dentre os recrutados pelos respectivos juízes e órgãos competentes. Ali deveriam ser conservados e mantidos debaixo de ordem militar, recebendo instrução de primeiras letras e princípios religiosos na primeira parte do dia, sendo encaminhados ao arsenal, obras públicas e particulares, a fim de serem competentemente instruídos naqueles ofícios para que tivessem propensão (GONDRA; SCHUELER, 2008, p.99).

A Academia Militar recebia crianças pobres de diversas partes do Brasil e isso ocorreu por um longo período. Em Sergipe, por exemplo, existem documentos com registro de

diversos anos do século XIX de jovens órfãos que frequentaram a carreira militar²¹. No entanto, queremos deixar claro que o fato de jovens órfãos serem acolhidos, escolarizados e trabalharem nos arsenais militares não garantiriam a eles uma vaga na Academia Militar. Até porque obrigatoriamente só poderiam ser aceitos jovens com idade mínima de quinze anos e que soubessem as quatro operações básicas da matemática. Podemos ainda acrescentar que seriam dados preferência para aqueles que soubessem língua latina, grega e as línguas vivas (BRASIL, 1810).

“Com a Independência, em 1822, foram criadas novas escolas de primeiras letras, sendo a primeira instituída no Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, voltada para os operários. No ano seguinte foi criada outra, destinada às corporações militares e aos súditos em geral.” (CAMARGO, 2011, p.3). Em 1827, a lei de 15 de outubro ordenou a criação de escolas de primeiras letras de ensino mútuo em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império, tarefa que ficaria a cargo dos presidentes de províncias e do ministro do Império na província do Rio de Janeiro.

2.3.4 Ensino mútuo

O método de ensino mútuo foi muito utilizado em diversas partes do mundo e inclusive no Brasil. Em pouco tempo ele ganhou um papel de destaque na forma de ensino aplicada em várias escolas do país. Entre 1827 e 1854, passou a ser o método pedagógico oficial a ser aplicado nas escolas de primeiras letras de todo o império brasileiro e, inclusive, na instrução dos militares.

Não é por acaso que o ensino mútuo teve sua origem em uma instituição relacionada com os militares, uma vez que exige disciplina e ordem. Seu surgimento foi por volta de 1789 no Asilo militar de Edmore, na Índia. Andrew Bell (1753-1832) foi o responsável por este método. Ele era ministro escocês da igreja anglicana e foi nomeado diretor da instituição que era destinada às crianças órfãs dos oficiais ingleses. A falta de professores para auxiliar o ensino e aprendizagem provavelmente o tenha levado a empregar um tipo de ensino

²¹ Os irmãos Jab Moreira de Magalhães e Onofre Moreira de Magalhães estavam cursando a academia militar em 1873 (AGJ/SE. EST./ C. 2º OF. Ação de Tutela – Cx 10/435 Doc. 06.05.1873). João Manoel Barboza da Franca encontrava-se matriculado na escola militar como praça de Cadete (AGJ/SE. EST./ C. 2º OF. Ação de Tutela – Cx 10/435 Doc. 06.05.1879). Ambas as informações foram dadas por seus tutores no alto de prestação de contas dos órfãos.

simultâneo, contudo seu método não se tornou popular, algo bem diferente do que ocorreu com o método de ensino mútuo de Joseph Lancaster (1778- 1838) (CONDE, 2005, p. 117).

Joseph Lancaster criou o método de ensino mútuo, que visava atender a grande demanda de alunos pobres da periferia de Londres que necessitavam de educação. O método foi tão bem sucedido que diversos países passaram a adotá-lo como um recurso para dar conta da grande demanda de alunos e da pequena quantidade de professores.

Esse ensino consiste em dividir os alunos por grupos ou classes e colocá-los à frente de monitores. O professor não se ocupa de outra coisa a não ser instruir os monitores, passando assim a se colocar em lugar secundário do ensino. Por causa dessa estrutura pode-se instruir de cem a trezentos alunos em uma única escola.[...] Para que esse método funcionasse com eficiência, foram instituídos comandos que garantiam o ritmo ordenado e regular. A comunicação que dava com esse dispositivo era mecânica e inteiramente hierarquizada. As ordens eram transmitidas de quatro maneiras: pela voz, pelo apito, pela sineta e por sinais (SIQUEIRA, 2006, p. 6).

Antes de o método chegar as primeiras escolas do Brasil, ele passou primeiro por Portugal. A forte aliança existente entre os portugueses e ingleses fez com que oficiais ingleses que aqui prestaram serviços no período de 1815 trouxessem o método e aplicassem no território português, em especial dentro das instituições militares. Neste período, D. João VI foi influenciado pelo General Beresford, que era encarregado de organizar o exército português. “O general, certamente conhecedor do êxito registrado pelo ensino mútuo no seu país, pudera ter exercido uma influência decisiva sobre o monarca” na escolha desse método para ser seguida na Academia e, inclusive nas aulas de inglês que a Academia oferecia (CONDE, 2005, p. 119). Cardoso chega a afirmar que em 1815, Beresford introduziu o método no ensino militar de Lisboa com base em publicações promovidas em Paris e em Londres por portugueses emigrados. A obra *O investigador português em Inglaterra*, escrita por um oficial de Exército, Candido José Xavier é um exemplo das publicações sobre a temática que levaram a aplicação do método em Portugal (CARDOSO, 2002, p. 209-210).

O exército português era preparado conforme a metodologia inglesa, o que exigiu dos soldados certos conhecimentos linguísticos do idioma e da cultura inglesa, até porque os oficiais que estavam na dianteira na instrução militar eram ingleses, o que pode significar que a comunicação era feita ora em português, ora em inglês e ora em francês, por ser a língua dominante da época (MOTTA, 1998, p. 31).

O método lancasteriano somente foi introduzido no Brasil pelo baiano Euzébio Vanério no ano de 1817. Ele também foi o “tradutor de algumas obras tendentes ao melhoramento e progresso da Educação da Mocidade, segundo o método de Ensino Mútuo” (NUNES, 2008 p. 42). Contudo, somente em 1º de março de 1823 foi oficializado o seu registro na primeira Escola Normal da Corte situada no Rio de Janeiro. Com a sua criação D. Pedro I tinha o objetivo de melhorar a estrutura educacional dos militares e demais cidadãos interessados no ensino mútuo. Não foi por acaso que “o método foi introduzido através da corporação militar” e logo após nas demais instituições (SIQUEIRA, 2006, p.7).

A sua escolha foi justificada pelo fato de um único professor atender até centenas de alunos, o que daria uma enorme economia ao dinheiro público, uma vez que não necessitaria contratar novos professores para dar conta da demanda. Os alunos mais avançados eram escolhidos para atuarem como monitores e seriam instruídos pelo professor sobre o que seria transmitido aos demais alunos durante as aulas (OLIVEIRA, 1999, p. 31). Os alunos sob a direção de um só mestre ensinavam uns aos outros, o que tornava oportuno na época por dois motivos: diminuía a dificuldade com a falta de professores e barateava a educação (CARDOSO, 2002, p. 209). Este talvez tenha sido o motivo de a Academia Real Brasileira só ter tido um único professor de Língua Inglesa durante o primeiro estatuto militar, que durou de 1810 a 1832.

A Lei de 15 de outubro de 1827 menciona que as escolas deveriam ser de ensino mútuo e estabelecido nas vilas, cidades e locais povoados. Ela também informa que o salário dos professores deveria ser entre 200\$000 e 555\$000 anuais. Os professores que tivessem dificuldades em aplicar o método deveriam instruí-se em curto prazo e em relação aos edifícios onde ocorreriam as aulas, estes deveriam ser reajustados (BRASIL, 1827).

As primeiras escolas de ensino mútuo foram implantadas dentro dos quartéis e escolas militares e aos poucos foi se espalhando para as demais escolas. A primeira escola de ensino mútuo responsável em instruir as corporações militares foi criada por Decreto no dia 24 de julho de 1822 e foi situada na Paróquia do Sacramento nas dependências da Escola Militar. O Decreto também dizia que Dionysio José Nicolao Reinoud ficaria responsável pela Repartição dos Negócios da Guerra a Escola do Ensino Mútuo (NEVES, 2007, p. 3). A portaria de 1823, segundo Alves e Nepomuceno (2010, p. 131), “solicitava o envio de soldados ou oficiais inferiores que pudessem aprender o referido método na corte e tornarem-se professores em seus locais de origem”.

Os ritmos de aprendizagem, no *ensino mútuo*, variavam de acordo com o aluno e a disciplina. Assim, cada aluno podia pertencer, ao mesmo tempo, a diferentes classes, dependendo do nível em que se encontrava, por exemplo, na leitura, ou no cálculo. O agente principal do método era o monitor, ou seja, um dos alunos da classe que se distinguísse em relação aos demais. O professor, antes do início de cada aula, dava explicações particulares ao monitor, que os transmitia aos colegas, logo que estes chegassem à escola. O monitor era o responsável pelo controle da classe e pela classificação dos alunos na mesma, num processo dinâmico, durante todo o ano letivo (CARDOSO, 2002, p. 209).

Com relação ao ensino de inglês, existem relatos de uso do método desde 1811. Um intelectual pernambucano, António de Figueira e Moura, publicou no jornal *Gazeta* do Rio de Janeiro um anúncio que ofertava aulas na Casa de Instrução de língua inglesa, francesa e latina com professores estrangeiros que provavelmente utilizavam o método lancasteriano, ou seja, o ensino mútuo (OLIVEIRA, 2014, p. 215).

Infelizmente, o método não teve bom aproveitamento no Brasil quando comparado com os países da Europa. De acordo com Gondra e Schueler (2008, p. 83), o método Lancaster ou de ensino mútuo não era aplicado corretamente pela inexistência dos professores e pelo fato de os alunos das escolas atenderem com imperfeição e negligência, ou seja, nem os professores e nem os alunos receberam uma preparação apropriada para aplicarem o método e nem demonstravam interesse.

3 O ENSINO DE LÍNGUA INGLESA

O ensino de Línguas na Academia Real Militar está fortemente relacionado com a necessidade de aprimorar os conhecimentos das disciplinas exatas. O estatuto militar visava fornecer um “curso completo de sciencias mathematicas, de sciencias de observações, quaes a physica, chimica, mineralogia, metallurgia e historia natural, que comprehenderá o reino vegetal e animal, e das sciencias militares em toda a sua extensão [...]” (BRASIL, 1810). A artilharia e fortificação eram essenciais no curso militar, mas pouco se podia aprender sobre elas sem a utilização de livros estrangeiros, até porque as obras mais recentes que tratavam dos mais diversos assuntos encontravam-se em francês e inglês.

O francês era a língua moderna dominante do período na Europa e o inglês vinha atrás. Influenciado fortemente pela aliança entre Portugal e Inglaterra, grande parte da capacitação se deu por meio de livros ingleses. A importância dos dois idiomas eram tanta que em 1772, com a reforma dos Estudos Maiores, ambas as línguas eram recomendadas pelo Estatuto da Universidade de Coimbra para ingressar nos Cursos de Medicina e Matemática (OLIVEIRA, 2006, p. 22). Somente no ano seguinte, em 1773, surgiria um dicionário português/inglês-inglês/português que se popularizaria entre os portugueses. *A dictionary of the Portuguese and English Language, in two parts, Portuguese and English: and English and Portuguese* foi escrito por Antônio Vieyra Tanstagano ²²(1712-1797) e lançado oficialmente em Londres no ano de 1773. Desde então, foi muito utilizado pelos portugueses e estrangeiros antes e depois da partida de D. Joao VI de Portugal ao Brasil (TELES, 2012, p.73).

Com relação à importância da Inglaterra, bem como da língua inglesa em âmbito internacional, eram limitados. Segundo Torre (1985), a importância da Inglaterra foi reduzida até meados do século XVI e XVII, quando ocorreu o ataque católico contra os protestantes, desencadeado por Filipe II de Espanha, forçando muitos militares franceses a procurarem exílio em territórios britânicos. Foi então que o inglês começou a ser aprendido como língua estrangeira, resultando em dois manuais duplos utilizados para aprendizagem do inglês, estes foram: *The Englishe Schole Maister* (1580) e *Dialogues Familiars* (1586), produzidos por Jacques Bellot (TORRE, 1985, p. 8).

²² O primeiro dicionário português /inglês e inglês/ português de que se tem relato teve seu surgimento no início do século XVII, em Londres, com o título *A compleat Account of the Portugeze Language Being a copious Dictionary of English with Portuguese* e o seu autor é desconhecido, pois a obra possui apenas as iniciais J.A. (TORRE, 1985, p. 10).

A chegada da família real ao Brasil em 1808 daria mais ênfase ao ensino de Línguas, até porque o Brasil deixaria de ser Colônia e passaria a ser a Sede do governo português. Assim sendo, D. João VI tomou providências para garantir a segurança de toda a corte que aqui estava por instruir os militares com as técnicas mais modernas que até então existiam. Estas se encontravam em línguas francesa e inglesa. Iniciativas referentes à Instrução Pública começaram a aparecer ainda no ano de sua chegada, o que mostra que seus planos de organização do Estado do Brasil já haviam sido traçados há um bom tempo, razão que justifica o número de Cartas Régias, Alvarás e Decretos promulgados em tão curto espaço de tempo, na tentativa de fundar as principais instituições de que precisavam para a manutenção da monarquia portuguesa (OLIVEIRA, 2006).

Todavia, a segurança da corte ainda era imprecisa, uma vez que, além de não ter pessoas preparadas adequadamente para assegurar a proteção da família real e dos portugueses que se encontravam no Brasil, existia também um outro problema que dificultava a qualificação desses militares, que era a falta de livros militares em língua portuguesa no Brasil, uma vez que os livros existentes foram proibidos pelos oficiais portugueses que temiam o uso deles pelos brasileiros. Essa atitude dos portugueses ampliou ainda mais a necessidade do ensino de Línguas Estrangeiras e de trabalhos de tradução no Brasil, uma vez que era essencial saber outro idioma para poder ler os livros militares importados e alcançar a promoção na carreira militar. Até porque a Carta Régia que definia o estatuto, estabelecia que os oficiais que seriam professores deveriam ser homens distintos de luzes, o que exigia deles mais que os conhecimentos balísticos e táticos; eles deveriam ter conhecimentos culturais de diferentes países (ALVES; NEPOMUCENO, 2010, p. 131). Contudo, a realidade existente era bem diferente. Os oficiais que existiam no Brasil, antes da criação da Academia eram pessoas iletradas em sua maioria. Eles não eram capazes nem mesmo de assinar o próprio nome, quanto mais criar compêndios militares num período em que não existiam livros didáticos.

3.1 Os livros

Os livros militares obrigatórios que atendiam ao estatuto de 1808, definido por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, foram: Aritmética e Álgebra de Lacroix; Geometria e Trigonometria de Legendre; Cálculo Diferencial e Integral de Lacroix; Geometria Descritiva de Monge; Mecânica e Hidromecânica de Francoeur, Prony, Abade Bossuet, Fabre e Gregory; Astronomia de Lacaille e Laplace; Geodésia de Leroy e Delambre; Física de Abade Hauy e Brisson; Química de Lavoisier, Vanquelin, Foureroi, Lagrange e Chaptal; Arquitetura, Estrada, Portos e Canais de Abade Bossuet; Mineralogia de Napiion, Hauy e Brochant; Geografia de Pinkeston; Minas de Rosas; Assuntos Militares de Guy de Vernon, Cessac e Muller; e o Manual Topográfico do Exército Francês (BRASIL, 1810).

Os livros obrigatórios descritos acima são de autores franceses, “a França dominava a política europeia, sendo admirada por aliados e inimigos” (OLIVEIRA, 2014, p. 141). Porém, isso não significa que não existiram livros em outros idiomas. As intenções de D. João em ampliar a educação no Brasil não só na área Militar, mas também na Medicina, na Arte e na Engenharia, foram expandidas as vendas de livros em diferentes idiomas e para diferentes fins no Rio de Janeiro (MOTTA, 1998, p. 30). “O acesso aos livros e a uma relativa circulação de idéias foram marcas distintivas do período” (FAUSTO, 1995, p. 126). O estudo da Língua Inglesa passaria a ganhar mais território em relação aos livros franceses, principalmente na área filosófica e literária. Conforme diz Torre (1985),

[...] à reputação que a filosofia e a literatura inglesas vinham adquirindo de maneira crescente, o interesse e a necessidade de aprendizagem da língua inglesa desenvolveram-se fora do mundo britânico de tal modo que nunca mais haveriam de cessar (TORRE, 1985, p. 9).

A necessidade de pessoas experientes na Arte da Guerra e com habilidades nas diferentes áreas das ciências matemáticas fizeram com que o corpo docente da Academia fosse composto tanto por professores portugueses como estrangeiros. Entre estes estavam Francisco de Borja Garção Stockler e Carlos Antônio Napolion. Ambos pretendiam utilizar suas experiências militares aprendidas com o Conde de Lippe, em Portugal para preparar o exército existente no Brasil, sendo este último o primeiro presidente da Junta da Academia Militar que seria estabelecida no Brasil (MOTTA, 1998, p. 34).

Os lentes que chegaram para lecionar na Academia Real Militar deveriam saber outros idiomas além do português, pois os livros que seriam utilizados por eles não se encontravam em português. Entre as obrigações dos lentes, que iam além de ensinar, estavam a tradução e produção de seus próprios compêndios, pois os alunos necessitavam dos conhecimentos das melhores obras militares e estas se encontravam em francês e inglês. No entanto, o ensino de inglês e francês durante o Império sofria de um grave problema: a falta de uma metodologia adequada. O método de ensino continuava sendo empregado igual as das línguas clássicas: tradução e análise gramatical, o que não era nada motivador (JUCÁ, 2010, p. 41).

3.1.1 A falta de livros

Visando formar o cristão útil aos seus propósitos, e desejo de colocar o Reino lusitano em condições políticas e econômicas que lhe permitissem competir com as nações estrangeiras, o gabinete de D. José I, representado pela figura de Pombal, buscou modernizar o Estado português, reformulando um dos setores mais estratégicos para o seu almejado progresso: as Milícias de Terra e Mar, e a opção que se fez foi pela formação do “perfeito militar” (OLIVEIRA, 2006, p. 36).

O ensino de Língua Estrangeira na Academia Militar foi essencial para o bom funcionamento da mesma, uma vez que a falta de livros em português dificultava o aprendizado e a capacitação dos militares. O conhecimento das disciplinas exatas que estavam relacionadas diretamente à matemática, como geometria e aritmética, eram essenciais na formação deste “perfeito militar”, como já citado acima por Oliveira (2006). “O aparecimento de traduções das obras que corriam impressas em latim ou em língua estrangeira para a língua portuguesa teria sido da maior utilidade, e em muito teriam ajudado à formação da linguagem científica” (ALMEIDA, 2000, p.86). Conforme Oliveira (2010), o Conde de Lippe, em 1762, sendo o comandante responsável por reorganizar o exército português, já estava consciente da necessidade da tradução de obras escritas em “línguas estranhas”, propondo para isso a criação de uma Biblioteca Militar em cada guarnição com livros estrangeiros que deveria ser traduzida aos poucos. “O ensino de tais idiomas, no entanto, era, até o século XIX, baseado em leitura, tradução e gramática, com pouca ênfase a parte oral” (SANTOS, 2010, p. 39), o que justifica o fato de professores e alunos da academia militar com conhecimento de inglês e francês traduzirem as principais obras estrangeiras que seriam utilizadas na Academia.

Os livros utilizados nos primeiros anos de existência da Academia eram todos de autores franceses consagrados. “Ao se organizar o curso Matemático da Academia Real Militar da Corte do Rio de Janeiro, as autoridades tiveram a preocupação de adotar para o desenvolvimento do mesmo, traduções (ou não) de obra de matemáticos de primeira linha” (SILVA, 1996, p. 23). D. João VI estava ciente da necessidade de professores com domínio de Línguas Estrangeiras que fossem capazes de traduzir os livros matemáticos. Ele expressou isso na Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810, ao afirmar que Academia Militar do Rio de Janeiro ofereceria um curso completo de “sciencias mathematica” e que os professores deveriam traduzir e futuramente fazer seus próprios compêndios para serem utilizados nela (BRASIL, 1810).

O que colaborou para o avanço dos estudos escolares de Matemática no Brasil foi a criação da Academia Real Militar em 1810, onde, através de seus estatutos, ficou determinado que os professores dessa Academia, deveriam, além de lecionar, escrever compêndios baseados em livros de autores conceituados que estavam sendo utilizados na Europa, mais especificamente, aqueles que estavam em pleno uso na França. Através desses compêndios, os alunos da referida Academia, poderiam ter acesso aos conhecimentos teóricos, antes mesmo de o professor proferir sua aula, ou após, para se prepararem para os exames. Com essa medida, **tentava-se cobrir a falta de livros** numa Colônia recém-elevada a País (MARTINES, 2013, p. 2, grifo nosso).

A falta dos livros em português era um problema antigo enfrentado pelos militares que viviam no Brasil, uma vez que existiam poucos militares que dominavam o idioma estrangeiro e não existiam cópias de livros militares estrangeiros traduzidos para o português. Os dicionários existentes eram poucos, o que requeria de seus tradutores um nível avançado de compreensão do idioma, principalmente no que se refere a sua forma escrita. Entre os compêndios que ajudaram nas traduções dos materiais militares nós podemos citar os dicionários de Jacques Bellot, *The Englishe Schole Maister*, lançados em 1580 e *Dialogues Familiars*, lançado em 1586, o livro de John Minscheu, *Guide inyo Togues*, que se tratava de um dicionário para com 11 idiomas diferentes, a publicação de James Howell, *New English Grammar prescribing certain Rulers as the Language Will bear for foreners to learn English...also another Grammar of the Spanish or Castilian tounge with some special remarks upon the Portuguese dialect*, lançado em 1662, entre outras (TORRE, 1985). Mesmo com a existência destas obras que ajudariam na tradução dos livros estrangeiros, em 1699, quando

foi feita a primeira tentativa de criação de uma aula de fortificação no Brasil, não ocorreu como desejado, a falta de compêndios em português fez com que a sua criação fosse mal sucedida²³, fato que levaria os militares com domínio das línguas vivas, em especial a língua francesa e a inglesa, quisessem ajudar na tradução destes compêndios e futuramente criar a tão almejada aula de fortificação.

Sabendo-se da necessidade de oficiais competentes para proteção dos novos territórios portugueses, era necessário treiná-los e capacitá-los nas diferentes formas de artilharia e de fortificação. Foi então que em 1738, todos os oficiais foram obrigados a receber uma instrução militar, o que fez com que a aprovação nas aulas de artilharia e fortificação fossem indispensáveis para sua promoção (OLIVEIRA, 2006). Mas como ser aprovado nas aulas de fortificação e artilharia se não existiam livros em português?

O professor responsável por capacitar esses militares foi José Fernandes Pinto Alpoim (1700-1765). O mesmo produziu dois livros de matemática²⁴ em idioma português voltados para a instrução militar: exame de artilheiros, 1744 e exame de bombeiros, 1748; ambos impressos em Lisboa e Madri (VALENTE, 2007). No entanto, os dois Compêndios de Matemática escritos por Alpoim não foram suficientes para que na colônia brasileira deixasse de ter aulas de Língua Francesa, o que fez com que cerca de 50 anos mais tarde, na reforma dos estudos militares feita pelo Conde de Resende, D. José Luís de Castro (1790-1801) incluísse a Língua Francesa entre as matérias ensinadas na Academia Militar.

José Fernandes Pinto Alpoim foi o engenheiro escolhido pela coroa portuguesa para fortalecer a segurança do Brasil no ano de 1738, quando foi instituída a Aula do Terço de Artilharia. Nesse período, ele foi instituído por D. João V como professor da disciplina e condecorado Sargento Mor. Alpoim. Foi a falta de livros necessários para as aulas que levou Alpoim a escrever os dois compêndios já citados anteriormente. Alpoim tinha consciência de que nem todos os alunos estariam em condições de fazer os cálculos ensinados nos livros, o que resultou na inclusão de tabelas que facilitavam e otimizavam o aprendizado dos alunos (PIVA; SANTOS, 2011).

Não foi só Alpoim que ajudou na formação dos militares. Existiram dois outros escritores que contribuíram inquestionavelmente na formação dos militares não só no Brasil

²³ A Aula de Fortificação que era prevista para começar em 1699 não havia começado até 1710 por falta de livros relacionados à matemática (VALENTE, 2007, p. 20).

²⁴ Estes livros ensinam matemática, desde a aritmética até a trigonometria, assim como balística e vários outros assuntos importantes para um engenheiro militar (SANTOS; FILGUEIRAS, 2011, p. 362).

como em diversas partes do mundo. Eles foram Étienne Bézout (1730-1783) e Bernard Forest Belidor (1698-1761):

Enquanto em Alpoim a matemática constituía uma espécie de apêndice dos ensinamentos militares, em Bélidor e Bézout a matemática, nos cursos militares, irá ganhar independência com uma autonomia relativa em relação às práticas militares. Isso explicará também por que Bézout, sobretudo, será um autor adotado em diversos cursos não militares e chegará até nós até o final quase do século XIX nos liceus e colégios da Europa, EUA e Brasil (VALENTE, 2007, p. 87).

As obras de Étienne Bézout foram usadas tanto pelo exército como pela marinha e o responsável por algumas de suas traduções para o português foi José Monteiro da Rocha²⁵ (1734-1819). Ele também foi o responsável pela tradução do *Tratado de Hidrodinâmica* de C. Bossut e do *Tratado de Dinâmica* do Abbé Marie (SARAIVA, 2014, p. 95).

Nesse período, o ensino de Francês era fundamental não só para a Academia Militar, mas também para as demais profissões que aqui existiam, o que fez com que professores de Francês ingressassem com o pedido de autorização para lecionar na colônia portuguesa. Entre estes professores podemos destacar Francisco José da Luz, que em 23 de julho de 1788, obteve o seu pedido de licença aprovado para abertura de Aulas Públicas da Língua Francesa pelo período de um ano, concedido pelo Juiz, Vereadores e Procurador do Senado da Câmara da cidade do Rio de Janeiro, e assinada por Felliipe Cordovil de Siqueira e Mello (OLIVEIRA, 2006, p. 35).

As primeiras obras nacionais só foram produzidas por volta de 1830 e foram compêndios escritos pensando nas escolas e não na Academia Militar. Antes desta data os livros que chegavam careciam de tradução, já que eram livros estrangeiros e em sua maioria em francês.

Deve ser ressaltado também que o brasileiro Manoel Jacinto Nogueira, graduado pela Academia Real dos Guardas-Marinha de Lisboa, quando ainda estava em Portugal, traduzira para a língua portuguesa as obras: *Teoria das Funções Analíticas*, de A.M. Legendre, publicado em 1798; *Reflexões sobre a Metafísica do Cálculo Infinitesimal*, de L. Carnot, publicado em

²⁵José Monteiro da Rocha foi Matemático e Astrônomo. Durante sua infância foi educado pelos jesuítas e passou a frequentar a universidade de Coimbra durante os anos de 1766 e 1770. Sua dedicação às ciências fez com que fosse reconhecido pelo reitor D. Francisco de Lemos (1735-1822) e por Marquês do Pombal a ponto de ajudar nos estatutos da reforma universitária (SANTOS, 2006, p. 7).

1798. Obras estas, de vanguarda para a época e, que serviram como referências para o curso Matemático da Academia Real Militar. Lamentavelmente, o ensino da Matemática naquela instituição não progredira; permanecera arcaico (SILVA, 1996, p. 23).

D. Rodrigo de Sousa Coutinho, fundador da Academia Militar do Rio de Janeiro e da Imprensa Régia, estava tão ciente da necessidade de traduções que utilizou a Imprensa Régia não só para produzir documentos oficiais como para fazer cópias de livros militares estrangeiros e das futuras traduções realizadas pelos professores.

Além de publicar atos legislativos, a Imprensa Régia publicou vários textos considerados de interesse. Percebe-se a orientação de D. Rodrigo de Souza Coutinho na publicação científicos, tanto de autores do império português, como Manuel de Arruda Câmara, José Vieira Couto, João da Silva Feijó e José Carneiro da Silva como traduções de obras estrangeiras, na linha da antiga Tipografia do Arco do Cego, de Lisboa. Publicaram-se várias obras na área de matemática, geometria, física, astronomia e medicina, de interesse para os estudantes da Academia Real Militar e do Curso de Medicina (KIRSCHNER, 2009, p. 159).

A imprensa foi essencial para os estudos militares, pois facilitou o acesso dos alunos aos materiais mais recentes e atualizados. Alunos e professores que contribuía nas traduções de livros levavam a traduções dos livros militares à imprensa para que logo fosse produzidas cópias e distribuídas para os demais alunos. A Figura 2 mostra como era feito o trabalho de impressão.

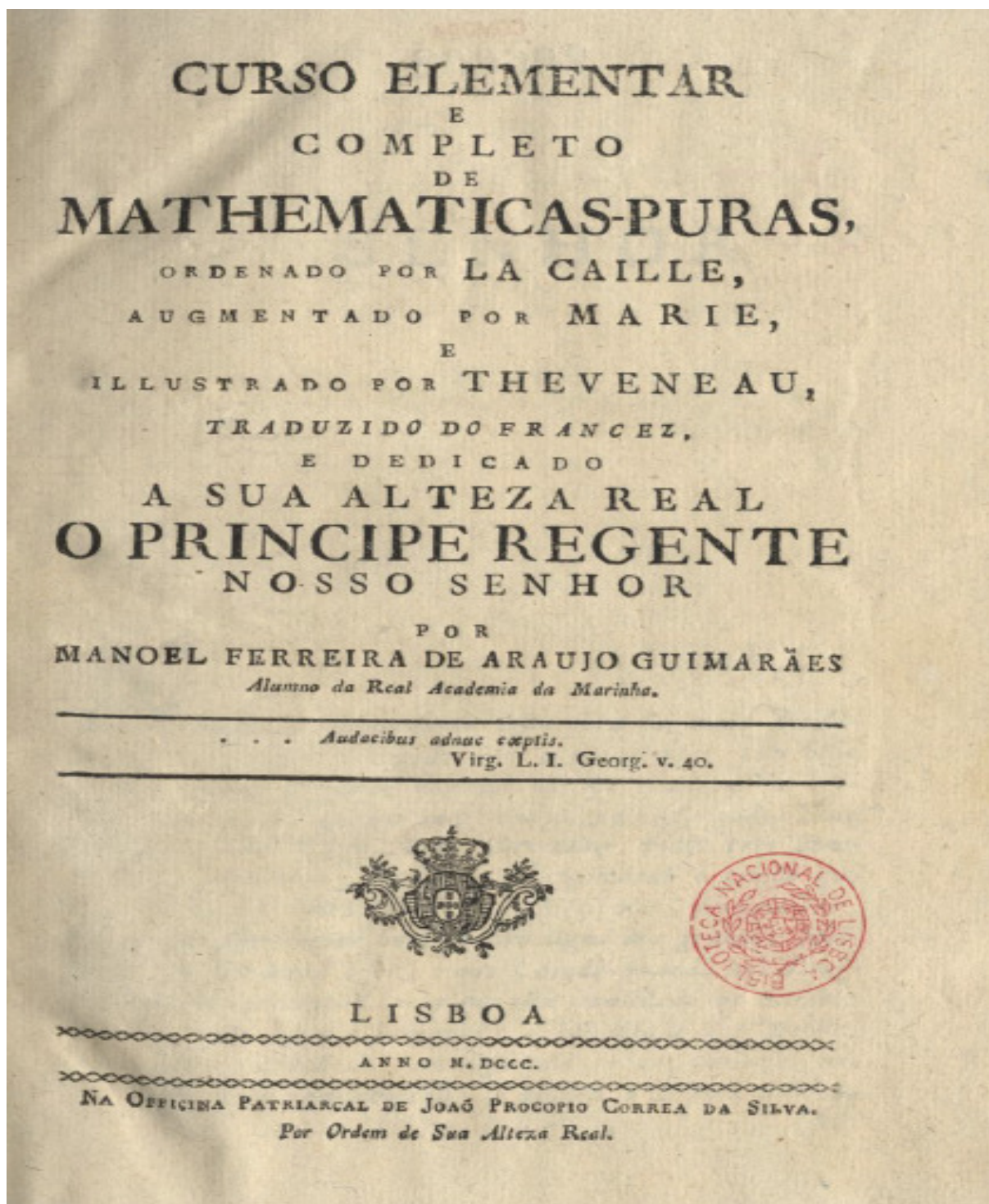
Figura 2 - Impressão Régia (1808).



Fonte: Arquivo Nacional, 1808, p. 129.

Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, um jovem aluno da Academia Real da Marinha nascido na Bahia em 1777, foi um dos responsáveis por estes trabalhos de tradução. Em 1779, o jovem baiano foi indicado para o prêmio de melhor aluno da Academia por Rodrigo de Sousa Coutinho ao Conselho do Almirantado. Ele possuía diversas habilidades úteis para a Academia, como domínio da matemática e do francês, o que levou a traduzir diversos livros matemáticos dos quais destacamos *Elementos da Matemática*, escrito por Abade Marie, o *Elementos de Algebra* e *Calculo*, ambos de Cousin (CAROLINO, 2012, p. 257-258). A Figura 3, logo a seguir mostra um dos seus trabalhos de tradução.

Figura 3 - Folha de rosto do livro Curso elementar e completo de Mathematicas-Puras traduzido por Manoel Ferreira de Araujo Guimarões a pedido do príncipe regente



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Além de Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, outros professores também ajudaram na tradução, como é o caso do Sargento-mor Francisco da Silva Torres e Alvim, que traduziu os livros *Tratado de Aritmética*, de La Croix, e *Tratado de Física*, de Hauy, ambos publicados em 1810, *Elementos de Álgebra*, de La Croix, publicado em 1812, e mais *Cálculo Diferencial e Integral*, também de La Croix,. O Tenente José Victorino dos Santos e Souza, que traduziu os livros *Elementos de Geometria Descritiva*, de Gaspard Monge, publicado em 1812, e *Aplicação da Álgebra à Geometria*, de La Croix e escreveu o livro *Geometria e Mecânica das Artes dos Ofícios e das Belas Artes*, publicado em 1832. O Tenente André Pinto Duarte foi o responsável pela tradução do *Tratado de Óptica*, de La Caille, publicado em 1813. O Sargento-mor João de Souza Pacheco Leitão foi o responsável pela tradução o livro *Tratado Elementar de Arte Militar e de Fortificação*, de Guy de Vernon, publicado em 1813. Todos os livros aqui citados, depois de traduzidos, foram impressos na Imprensa Régia, conforme mostra a Figura 3.

Com relação ao trabalho de tradução, a primeira gramática produzida por brasileiros só foi impressa em 1811, com o nome *Nova grammatica portugueza e ingleza*, escrita por Hipólito José da Costa (1774-1822) e a segunda foi produzida por Manoel de Freitas Brasileiro, em 1812, com o mesmo título. Elas foram criadas pensando inicialmente no comércio, mas também foram utilizadas por outros estudantes das diferentes áreas, o que inclui os militares. Elas tinham uma linguagem fácil e prática, o que aumentava o interesse pelo estudo do idioma e auxiliava nos trabalhos de traduções (OLIVEIRA, 2006, p. 92).

3.2 Primeiros professores de língua inglesa

A chegada dos primeiros professores de línguas vivas no Brasil, em especial da língua inglesa, está fortemente relacionada com a influência do Marquês de Pombal e suas ideias iluministas. A criação da Lei de Diretório dos Índios, em 3 maio de 1757, foi um marco importante não só para o ensino de língua portuguesa como para as demais línguas modernas. A lei obrigava que a educação em todo território dominado por Portugal fosse realizada na língua do príncipe, ou seja, o português, e não mais na “língua geral²⁶”. Antes das reformas educacionais, os padres jesuítas eram os responsáveis pela educação e as línguas

²⁶ A Língua Geral era uma espécie de mistura entre língua latina e línguas indígenas utilizadas pelos padres jesuítas para poderem se comunicar com os índios.

clássicas, em especial o latim. Depois da reforma, os padres jesuítas foram expulsos e as línguas vivas passaram a serem valorizadas como nunca antes (OLIVEIRA, 2010, p. 54).

O primeiro concurso público no Brasil foi realizado em 20 de março de 1760 e não foi para professor de língua inglesa e sim para aulas de Gramática Latina. Pouco tempo mais tarde, exatamente em 5 de agosto do mesmo ano, foram criadas três aulas régias no Rio de Janeiro de Língua Grega e quinze de Gramática Latina. As aulas de inglês durante esse período por meio de professores régios ainda não existia, o que requereria dos estudantes que procurassem outros meios para poderem estudar o idioma, se quisessem ser bem sucedidos na carreira militar, uma vez que, os melhores materiais encontravam-se escrito em línguas estrangeiras (CARVALHO, 1978).

Em 19 de agosto de 1738, uma Ordem Régia tornou a instrução militar obrigatória a todos os oficiais, os quais não poderiam mais ser nomeados ou promovidos sem que tivessem aprovação na Aula de Artilharia e Fortificações. Houve, então, a necessidade do ensino da Língua Francesa na instrução militar da Colônia, que foi incluída entre as matérias a serem professadas na Academia Militar em Portugal.

Alguns anos depois, dois professores pediram Licença para a abertura de Aulas Públicas da Língua Francesa, tendo seus requerimentos aprovados com base em Provisões válidas pelo período de um ano. A primeira delas foi concedida “em utilidade do bem público” a Francisco José da Luz, em 23 de julho de 1788. Já a segunda Provisão, concedida nos mesmos termos da primeira, foi passada a João José Tascio um ano depois, em 18 de março de 1789 (OLIVEIRA, 2010, p. 60). “O ensino das chamadas línguas vivas (Inglês, Francês, Alemão e Italiano) estaria baseado no princípio de que “não saber línguas vivas, sem as saber falar”. Essa discursão vinha sendo gestada ao longo dos últimos anos” (SANTOS, 2010, p. 65).

Em 7 de abril de 1808, um mês após a chegada de D. João e sua Corte ao Rio de Janeiro, foi publicado um decreto criando o Arquivo Militar anexo à Repartição da Guerra, cujo prédio servia também como Aula Militar. D. João nomeou, com o Decreto de 13 de abril de 1808, Renato Pedro Boiret como Professor de Língua Francesa na cidade do Rio de Janeiro. Tratava-se da confirmação de um pedido do próprio Professor, que era Presbítero Secular e exercia o magistério no Real Colégio dos Nobres. Ao que parece, o Decreto

funcionou como uma Provisão temporária, uma vez que somente no ano seguinte foi criada a primeira Cadeira Pública de Francês (OLIVEIRA, 2010).

O primeiro professor de língua inglesa de que se tem relato como já informado na primeira parte desta Dissertação, foi o padre John Joyce, nomeado em 1809. Ele tinha a função de Cavaleiro da Ordem de Cristo e Reitor do Colégio de São Patrício. Iniciou sua carreira como professor de inglês no Seminário de São José com o salário recebido pelo seu trabalho de 40.000 réis anuais. Lecionou durante o período de 1809 a 1821, quando teve que retornar a Portugal, entrando em seu lugar o padre Guilherme Paulo Tillbury. Durante o período que lecionou ele não criou nenhuma gramática que ajudasse no ensino e aprendizagem dos alunos, desobedecendo a Decisão que estabelecia a existência da Cadeira de Inglês (SANTANA, 2013, p. 55). Em 8 fevereiro do mesmo ano, já se encontrava também um anúncio de “Professora Ingleza” na *Gazeta* do Rio de Janeiro. Nela dizia que na Rua dos Ouveiros n° 27 morava uma inglesa que oferecia aulas para meninas que quisessem aprender a ler, escrever, contar e falar a língua portuguesa e inglesa, além de cozinhar, bordar e etc. (OLIVEIRA, 2014, p. 215).

A criação da cadeira de língua inglesa, assumida por John Joyce e de língua francesa, assumida por Renato Pedro Boiret, foi dada como oficial com a Decisão n° 29, de julho de 1809. Nela é destacada a criação não só da cadeira de Inglês e Francês como também as de Aritmética, Geometria e Álgebra; uma vez que todos os moços necessitavam ter conhecimento das ciências matemáticas. (SANTANA, 2012, p. 12) “A Resolução n°. 29, de 1809, propunha algumas orientações metodológicas para o ensino das Línguas Vivas e havia também uma expectativa para que os professores elaborassem seus próprios materiais didáticos” (JUCÁ, 2010, p.32).

De acordo com Santos (2010), desde o século XVII o ensino de língua já trabalhava com as quatro habilidades: ler, escrever, ouvir e falar; uma vez que elas estavam diretamente relacionadas à Retórica. “Os primeiros professores de Língua Inglesa desenvolviam suas próprias metodologias de ensino, mas não discutiam nem seguiam um método único. A questão central consistia na compartimentação do ensino da leitura” (SANTOS, 2010, p. 17). Guilherme Paulo Tillbury, logo após ser nomeado mestre de língua inglesa da rainha de Portugal, resolveu criar uma publicação que facilitasse seu aprendizado, a *Arte Inglesa*.

No prefácio de sua *Arte*, Tilbury justifica o estudo da língua inglesa pela sua utilidade em várias profissões: no comércio, sendo os ingleses “os Freguezes principaes do Brasil”; na política, enquanto o Reino Unido mantivesse a superioridade marítima; na filosofia moral, pois poderia oferecer aos filósofos “Facultativos” “Thesouros preciosissimos”; e mesmo na Teologia, “nas obras de hum Leland, [ilegível], e de um Paley”. Mas a utilidade maior parece residir no facto de que os autores ingleses possuíam “antídotos” contra a filosofia francesa, “que já entre nós tem ameaçado ao Altar e ao Throno” (OLIVEIRA, 2014, p. 226).

“As gramáticas adotadas no Brasil para o ensino da língua inglesa eram de autores estrangeiros” (JUCÁ, 2010, p. 34). A obra de Tillbury, lançada em 1827, serviu para exaltar as grandezas, vantagens e belezas da língua inglesa. Ela serviria para instruir a mocidade e aumentar o apreço deles pela literatura britânica, uma vez que tentava por meio da obra colocar a língua inglesa superior à língua francesa (SANTANA, 2013, p.63). Para defende-se dos possíveis ataques referentes à brevidade do seu Compêndio, Tillbury afirma que há duas qualidades de Mestres: uma dos que sabem a língua e outra dos que sabem a gramática. Ao tratar do saber gramática, Tillbury faz uma apropriação da Gramatica Latina, pois acreditava-se que, por meio do estudo da estrutura e terminologia latina era possível aprender qualquer idioma (OLIVEIRA, 2006 , p. 90).

Existem documentos que confirmam o pedido de Tillbery para lecionar inglês desde 21 de abril do 1817, no Rio de Janeiro. Nele contém informações de sua naturalidade, suas habilidades em lecionar a língua inglesa, bem como a francesa. Ele obteve sua licença em 1818. No entanto, só conseguiu trabalhar em uma instituição no ano de 1821, assumindo a vaga deixada por John Joyce no Seminário São José (SANTANA, 2013, p. 92-94).

3.2.1 Eduardo Thomaz Colville

O primeiro professor de Inglês da Academia Real Militar foi o 2º tenente Graduado da Artilharia, Eduardo Thomaz Colville. Ele permaneceu no exercício de suas funções de Lente de Língua Inglesa na Academia Militar até 1825, quando aquele idioma, segundo o preâmbulo da Decisão n. 54, de 2 de março do mesmo ano, deixou de ser obrigatório (SANTOS; BARBOSA, 2011, p. 7-8). Após a morte de Colville o ensino de inglês deixou de ser ministrado tanto na Academia Militar como na Academia das Guardas-Marinhas, pois com decreto de 9 de março de 1832, a Guarda-Marinha foi incorporada na Academia e, por sua

vez, esta não necessitava mais de lente de língua inglesa, até porque a exigência para permanecerem na academia seria que os alunos soubessem as quatro operações de aritméticas, conhecimento da gramática da língua vulgar, traduzir a língua francesa e ter idade mínima de quinze anos (OLIVEIRA, 2006, p. 49).

Apesar de a Academia Real militar ter surgido por lei em 1810 e começar a funcionar em 1811, o lente de inglês, Eduardo Thomaz Colville, só começou a lecionar na Academia em 1814, por meio da decisão nº 25, de 2 de setembro assinada por Marquês de Aguiar. Ele também determinou o salário que deveria ser pago tanto ao lente de língua inglesa como aos demais professores da Academia Militar. O valor foi estabelecido em 240.000 réis anuais, que deveriam ser pagos mensalmente pela Tesouraria Geral das Tropas, conforme afirma Santana (2013),

Assim, podemos dizer que, “oficialmente”, ele foi o primeiro professor de língua inglesa. Destacamos a palavra “oficialmente”, pois professores de língua estrangeira ensinavam no Brasil colônia, muito antes da vinda da família real portuguesa. O próprio Colville já lecionava desde 1806. No entanto, foi o Decreto acima que iniciou, legislativamente, a trajetória dos professores de inglês no Brasil. Mais tarde, com instituição da Academia, em 4 de dezembro de 1810, o ensino de inglês passou a ser uma realidade para aquele tenente. Da mesma forma, além do soldo que correspondia à sua patente, estabeleceu-se um ordenado de 400.000 réis para os professores efetivos, enquanto que os substitutos dessa instituição possuíam privilégios significativos, dentre os quais gozarem das mesmas prerrogativas que os professores da Universidade de Coimbra, sem haver qualquer distinção (SANTANA, 2013, p. 77).

Com relação ao material utilizado por Colville durante as aulas, não foi possível descobrir quais foram os compêndios. Porém, devido à pequena variedade de compêndios existentes no período, é possível dizer os livros que provavelmente ele tenha utilizado para dar as aulas ou mesmo para planejar a aula que seria ministrada. Entre as gramáticas inglesas escritas em português que se destacaram no século XVIII e que pode ter sido usado nas aulas da Academia estão a *Nova grammatica da língua ingleza*, produzida por Agostinho Néri da Silva e impressa em 1779; a *Grammatica portugueza e ingleza*, por André Jacob e impressa em 1793. Outra obra que ajudou muito no entendimento do inglês foi o *Dictionary of the Portuguese and English languages*, publicado em 1773 (OLIVEIRA, 2006, p.83). Santana (2013) acrescenta ainda duas obras que podem ter contribuído em suas aulas: *A Compleat Account* (1701), de A. J. e *A dictionary of the Portuguese and English languages in two parts*

(1703), de autoria de Anthony Vieyra Transtagano. No entanto, estas não foram as únicas. Em 1803, foi publicado por J. A. de S. o *Método pratico e especulativo para aprender com facilidade e em pouco tempo a lingua ingleza*, em Calcutá; em 1809, foi publicado por Francisco Manuel de Oliveira o *princípios elementares de língua inglesa*, em Lisboa; em 1814, foi publicado por Francisco de Paula Jakú a *Nova Grammatica da Lingua Ingleza*, e em 1820, foi publicado por Miguel Sheil a *Grammatica Ingleza de L. Murray*.

A *Nova grammatica da língua ingleza* (1773) foi criada devido a grande necessidade de uma boa comunicação nas atividades comerciais com a Inglaterra. Já a *Grammatica portugueza e ingleza* (1793) enfatizava a importância do estudo do inglês acima das línguas clássicas, o que representou uma visão diferente aos costumes da época. O *método pratico e especulativo para aprender com facilidade e em pouco tempo a língua ingleza* (1803) não teve uma boa aceitação e foi considerada um retrocesso quando comparada com a de outros autores anteriores. O *princípios elementares de língua ingleza* (1809) obra que valorizava a expressividade e a beleza dos sons da língua inglesa. A *Nova Grammatica da Lingua inglesa* (1814), conhecida também como *um mestre inglez*, enfatizava a língua inglesa como algo indispensável ao mundo da época. Ela também passou a ser considerada a melhor gramática de língua inglesa existente na época. Na *Grammatica Ingleza de L. Murray* (1820), é conhecida pelo uso de diálogos familiares para ensinar as normas gramaticais (TORRE, 1985).

Quanto as aulas dadas por Colville, podemos afirmar que elas ocorriam no turno da manhã, com uma duração aproximada de uma hora e meia. Durante a primeira hora de aula o professor costumava explicar a lição e nos últimos trinta minutos era feita uma arguição para testar o conhecimento dos alunos. As aulas também ocorriam aos sábados, como uma espécie de revisão dos assuntos estudados durante a semana. Com relação à avaliação, ela era feita com base no livro escolhido pelo professor, onde o aluno deveria argumentar sobre o assunto proposto pelo professor (BRASIL, 1810).

O ensino mútuo provavelmente foi o método de ensino utilizado por Colville, uma vez que ele foi o único professor de inglês da Academia durante o primeiro estatuto, 1810-1832, e devido o método ser aplicado dentro da instituição durante esse período. O método tinha dado certo em vários países da Europa, como França e Inglaterra. Ele afetava de forma positiva a economia dos cofres públicos e diminuía a necessidade de contratar mais professores, o que

levou D. João a aplicar o método também no Brasil, em especial na Academia. “O ensino mútuo começou a ser divulgado, por volta de 1815, por influência dos oficiais ingleses que aqui prestaram serviço [...] coincide com a estadia de Beresford no Brasil, em visita ao rei, ocorrida entre Agosto de 1815 e Setembro de 1816” (CONDE, 2005, p. 119).

Por ser português, filho de pais ingleses e ter recebido sua educação na Inglaterra, Colville teve facilidade em conseguir não só o cargo de professor de língua inglesa da Academia Militar durante o primeiro estatuto (1810-1832), como também o de tradutor de língua francesa e inglesa, função esta última que exerceu por um curto período. A falta de tempo para exercer as duas funções, professor da Academia e tradutor, pode ter sido o motivo de ele ter desistido do trabalho de tradução e continuar apenas lecionando, uma vez que o trabalho na instituição dava as mesmas vantagens que os professores de Coimbra, fato que deve ter contribuído para que ele preferisse lecionar que traduzir (SANTANA, 2013, p. 81).

Apesar de a língua inglesa ter deixado de ser obrigatória com a mudança do estatuto em 1832, os cidadãos que queriam ingressar na Academia continuaram a estudar a língua inglesa, mesmo ela não sendo mais obrigatória. Não é por acaso que as três escolas militares existentes no Brasil, em 1890, foram obrigadas a oferecer um curso preparatório para quem quisesse seguir a carreira militar e o inglês estava presente. De acordo com decreto n. 330, de 12 de abril do mesmo ano, os alunos teriam aula de “grammatica, leitura e traducção da língua inglesa” entre as matérias, o que prova que o trabalho feito por Eduardo Thomaz Colville, ainda deveria ter continuado e não extinto no novo estatuto (VIANNA, 1897, p.356).

4 CONCLUSÃO

Conforme foi exposto no decorrer do trabalho, partindo das primeiras escolas militares portuguesas no século XVI até o primeiro estatuto da Academia Militar do Rio de Janeiro (1810-1832), a aliança com a Inglaterra, a falta de um exército qualificado, a fuga da família real ao ataque do exército francês e a falta de livros em idioma português, foram essenciais para a introdução do ensino de inglês dentro das instituições militares no Brasil. Eduardo Thomaz Colville, primeiro professor da Academia Militar, ajudou muito no processo de capacitação dos militares na para a guerra, pois o uso da língua inglesa seria necessário na leitura dos livros militares.

A aliança existente entre Portugal e Inglaterra está presente desde a história da origem do Reino português e continuou por meio de diversos tratados comerciais e casamentos. A língua passou a ser utilizada na comercialização, nos acordos e até mesmo na instrução dos jovens fidalgos, tanto no Colégio Real dos Nobres como também no Colégio Militar. O tratado de Methuen, que facilitou a negociação entre Portugal e Inglaterra, por meio da diminuição dos impostos cobrados no vinho português e na lã inglesa, é um exemplo de acordos existentes entre as duas nações que influenciaram no aprendizado do idioma estrangeiro, o inglês por parte dos portugueses e o português por parte dos ingleses²⁷. O casamento de Catarina com Carlos II também foi outro meio adotado pelo governo português para fortalecer a aliança entre as duas nações e ao mesmo tempo receber ajuda militar quando necessário, uma vez que o exército inglês, principalmente a sua frota naval, era temida por diversos países.

Com relação ao exército português, foi visto no decorrer da Dissertação, que era frágil, desqualificado e pequeno, o que levou muitas vezes o rei de Portugal a fazer acordos desvantajosos com a Inglaterra, por medo de enfraquecer a aliança existente. Foi possível perceber também que tanto Marquês de Pombal como D. Rodrigo de Souza Coutinho, recorriam a comandantes ingleses para prepararem o exército português, pois os oficiais portugueses existentes não estavam em condições de comandar o exército, uma vez que seus

²⁷ O dicionário português /inglês e inglês/ português, *A compleat Account of the Portugueze Language Being a copious Dictionary of English with Portuguese*, lançado em Londres, foi utilizado tanto por portugueses como por ingleses para facilitar a comunicação durante as negociações (TORRE, 1985).

títulos eram dados muitas vezes por prestígios familiares e não por competências. Temos como exemplo de comandante inglês que treinou as tropas portuguesas, o conde de Lippe (MAXWELL, 1996). Ele foi solicitado pelo Marquês de Pombal para preparar o exército existente em Portugal e de selecionar outros comandantes ingleses para serem mandados para treinar o exército existente no Brasil, uma vez que Pombal visava unificar o exército em todos os territórios portugueses para que tivesse o mesmo treinamento, algo que não ocorreu devido, dentre outras coisas, a restrição dos livros militares impostos pelos oficiais portugueses que moravam no Brasil.

A proibição do uso dos livros militares pelo exército português aos brasileiros foi bom quando relacionamos ao estudo da língua inglesa, pois tal atitude fez aumentar o número de militares que quisessem estudar o inglês, uma vez que era necessário fazer exames para serem promovidos a uma nova patente e os livros que deviam estudar para as provas encontravam-se escritos em francês e em inglês. A problemática dos livros foi tanta que D. Rodrigo de Souza Coutinho colocou no Estatuto que os professores da Academia Militar deveriam fazer seus próprios materiais e que o uso das obras estrangeiras deveria ser feita apenas enquanto os professores não concluíssem seus livros. Foi exatamente durante esse período de transtornos por escassez de livros que muitos professores e alunos passaram a traduzir os livros estrangeiros renomados para ajudar nas aulas da Academia. Entre estes foi destacado na dissertação os trabalhos de traduções do aluno Manoel Ferreira de Araújo Guimarães.

A fuga da família real para o Brasil também foi essencial para o desenvolvimento da Letras Inglesas nos territórios portugueses ultramarinos. A Dissertação deixou claro que foi depois da partida da Corte que o sistema educacional e militar no Brasil começou a se desenvolver. O medo do ataque do exército francês, bem como da quebra os acordos diplomáticos com a Inglaterra fez com que D. João pedisse apoios ingleses que, por sua vez, não só providenciariam uma partida segura como também o preparo educacional e militar dos portugueses por oficiais britânicos. Ensino que se deu por meio de livros ingleses e franceses mais renomados da época.

Ao falar dos professores de inglês que lecionaram no Brasil, a Dissertação relatou brevemente os trabalhos feitos por John Joyce, Guilherme Paulo Tillbury e Eduardo Thomaz Colville, dando mais ênfase ao último, por ter sido o único Lente de Língua Inglesa da Real Academia Militar no Brasil, no período proposto pela Dissertação. Ao tratar de John Joyce, foi

possível perceber que ele foi o primeiro professor de inglês de que se tem relato. Contudo, durante o exercício de suas funções no Brasil, não publicou nenhuma obra que pudesse melhorar o aprendizado do idioma como era previsto por lei. Ao tratar de Guilherme Paulo Tillbury, foi mencionada a importância de sua obra, *A Arte Inglesa*, que valorizava a língua inglesa acima da francesa, algo pouco comum no período. Já com respeito a Eduardo Thomaz Colville, foram mencionadas as obras que este pode ter utilizado na Academia e sobre a outra função que exerceu por um curto período de tempo, a de tradutor. Também foi informado que ao deixar a Academia Militar, não houve nenhum outro professor que o substituisse até a mudança de estatuto, quando o inglês deixaria de ser uma disciplina militar.

REFERÊNCIAS

ABREU, Ricardo Nascimento. **Os oficiais do exército brasileiro e a formação da elite intelectual sergipana no século XIX: 1822-1889**. 2006. Dissertação. (Mestrado em Educação)- Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2006.

AMARAL, Manuel. Bragança (D. Teodósio I, 5.º duque de). In: **Portugal - Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico**. v. 3, 2010a. p. 463. Disponível em: <<http://www.arqnet.pt/dicionario/braganca5d.html>>. Acesso em: 19 out. 2014.

_____. Manuel. Real Colégio dos Nobres. In: **Portugal - Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico**, v. 6, 2010b. p. 108-111. Disponível em: <<http://www.arqnet.pt/dicionario/rcolnob.html>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

_____. Manuel. Real Colégio Militar. In: **Portugal - Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico**. v. 3, 2010c. p.105-108. Disponível em: <<http://www.arqnet.pt/dicionario/rcolmil.html>>. Acesso em: 19 out. 2014.

_____. Manuel. Teixeira Rebelo. In: **Portugal - Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico**. v.7, 2010d. p.73-74. Disponível em: < <http://www.arqnet.pt/dicionario/teixrebe.html>>. Acesso em: 05 jan. 2015.

ALMADA, José de. **A aliança inglesa: subsídios para o seu estudo**. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1946.

ALMEIDA, Antônio Augusto Marques de. Saberes e práticas de ciência no Portugal dos descobrimentos. In: TENGARRINHA, José. **História de Portugal**. São Paulo: UNESP, 2000.

ALVES, Claudia; NEPOMUCENO, Maria de Araújo. **Militares e educação em Portugal e no Brasil**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2010.

ARQUIVO NACIONAL. **Impressão Régia (1808)**. Disponível em: <<http://linux.an.gov.br/mapa/wp-content/uploads/2011/08/Impress%C3%A3o-R%C3%A9gia.jpg>> . Acesso em: 05 jul. 2014.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Capa do caderno de D. João VI contendo todas as informações de como deveria funcionar a Academia Real Militar**. 1810.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Recorte do caderno de D. João VI, que autoriza o ensino de língua estrangeira na Academia Real militar**. 1810.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. **Folha de rosto do livro Curso elementar e completo de Mathematicas-Puras traduzido por Manoel Ferreira de Araujo Guimarães a pedido do príncipe regente**. Disponível em < http://purl.pt/11519/4/sa-32800-v_PDF/sa-32800-v_PDF_24-C-R0150/sa-32800-v_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf>. Acessado em: 06 jul. 2014.

BONTEMPI Junior, Bruno. 1995. **História da educação brasileira: o terreno do consenso**. São Paulo, PUC. 1995. Dissertação. (Mestrado em Educação)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995.

BORGES, Isabel Maria de Carvalho Gonçalves. **Testemunhos museológicos e sua habitabilidade no ISEL: as colecções museológicas do Instituto Industrial de Lisboa / ISEL, origem, história e sua apresentação**. Lisboa, 2009. Dissertação - Faculdade de Belas – Artes de Lisboa. 2009. Disponível em:

<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&cad=rja&uact=8&ved=0CDUQFjAD&url=http%3A%2F%2Frepositorio.ul.pt%2Fbitstream%2F10451%2F2048%2F1%2F23089_ULFBA_TES345.pdf&ei=Co_JU4vxKazgsAskIYB4&usg=AFQjCNHjeeopK8JsbVwW6OBuScgVqWspRA&sig2=DB0gyI8w2g6-sb5f7waWxg&bvm=bv.71198958,d.cWc>. Acesso em: 18 jul. 2014.

BRASIL. Carta de Lei de 4 dez. 1810. **Collecção das Leis do Brazil 1810**. Rio de Janeiro: câmara dos deputados. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/carlei/antioresa1824/cartadelei-40009-4-dezembro-1810-571420-publicacaooriginal-94538-pe.html>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. **Presidência da República: casa civil subchefiada para assuntos jurídicos**. 1827. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm>. Acesso em: 10 jan. 2015.

CAMARGO, Angélica Ricci. Aulas Régias. **Mapa: Memória da administração pública brasileira**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em <<http://linux.an.gov.br/mapa/?p=4566>>. Acessado em: 05 ago. 2014.

CARDOSO, Tereza Maria Rolo Fachada Levy. **As Luzes da Educação: fundamentos, raízes históricas e praticas das aulas régias no Rio de Janeiro 1759-1834**. Bragança Paulista: Editora da universidade São Francisco, 2002.

CAROLINO, Luís Miguel. Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, a Academia Real Militar do Rio de Janeiro e a definição de um gênero científico no Brasil em inícios do século XIX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 32, n. 64, p. 251-278, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v32n64/14.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2014.

CARVALHO, Debora Cristina Alexandre Bastos e Monteiro de. **D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho: um diplomata português na Corte de Londres (1807- 1810)**. 2012.

Dissertação. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012. Disponível em:

<<http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2011/01/DeboraCristinaABastoseMCarvalho.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

CARVALHO, Laerte Ramos de. **As reformas pombalinas da instrução pública**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Sariaiva S/A: 1978.

COELHO, Sintia Said; VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. A criação das instituições de ensino superior no Brasil: o desafio tardio na America Latina IN: IX COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMERICA DO SUL. **Anais...**

2009. Disponível em <http://www.inpeau.ufsc.br/wp/wp-content/BD_documentos/coloquio9/IX-1148.pdf>. Acesso em: 28 set. 2013.

CONDE, Maria Teresa Barros. O modo de ensino mútuo na formação dos metros de primeira letras: uma experiência pedagógica no Portugal oitocentista. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, v. 6, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rle/n6/n6a09.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2014.

CONSELHO NACIONAL DE OFICIAIS. **Casa de Trem – primeiro local de estabelecimento da Academia Real Militar do Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://img107.imageshack.us/img107/6821/casadotrem7pm.jpg>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

DIAS, Carlos Manuel Mendes. Entre a Morte de D. José e a 1ª Invasão Francesa- que conceito Estratégico Nacional? **Proelium – Revista da Academia Militar**, n.1, 2006. Disponível em <<http://www.academiamilitar.pt/proelium-n.o-1/entre-a-morte-de-d.-jose-i-e-a-1.a-invasao-francesa.html>>. Acesso: 03 jan. 2014.

DOMINGUES, Cesar Machado. “Inventando Tradições”: As Principais comemorações do Exército Brasileiro desde o final do século XIX aos nossos dias. **Revista Brasileira de História Militar**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 7, abr. 2012. Disponível em <<http://Www.Historiamilitar.Com.Br/Artigo4rbhm7.Pdf>>. Acesso em: 5 out. 2013.

ESPÍRITO SANTO, Gabriel Augusto do. O Portugal Militar da Guerra Peninsular. **Revista de Artilharia**, out. 2011. Disponível em: <http://www.revista-artilharia.net/index.php?option=com_content&task=view&id=369>. Acesso em: 1 jan. 2014.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1995.

FERREIRA, Nuno Alexandre Martins. **Luís Serrão Pimentel (1613-1679): Cosmógrafo Mor e Engenheiro Mor de Portugal**. 2009. Dissertação. (Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão)- Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/467/1/21222_ulfl071218_tm.pdf>. Acesso em: 14 out. 2014.

FERREIRA, Joaquim. **Cartas sobre a educação da mocidade de Ribeiro Sanches**. Porto: Editorial Domingos Barreira, 1922. Disponível em: <<http://purl.pt/148>>. Acesso em: 08 out. 2014.

GOMES, Laurentino. **1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder na sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

JUCÁ, Ricardo Westphalen de Queiroz. **A Língua Inglesa no ensino secundário brasileiro: 1838-1930**. Curitiba, 2010. Dissertação. (Mestrado em Educação)- Universidade de Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2010.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. **José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu: Itinerário de um ilustrado Luso-Brasileiro**. São Paulo: Alameda, 2009.

KOROBTCHEENKO. Júlia Platonovna. **A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra: A Instituição, os Instrumentos e os Homens (1736-1756)**. 198f. 2011. Dissertação. (Mestrado em História Moderna)– Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6809/1/ulfl107713_tm.pdf>. Acesso em: 26 out. 2014.

LEAL, Ernesto Castro. A corte portuguesa embarcada para o Brasil em 1807 – versões de pensamento em confronto. **Ibérica-Revista interdisciplinar de Estudos Ibéricos e Ibero-americanos**. Juiz de Fora, v. 2, n. 8, 2008. Disponível em: <<http://www.sophiaweb.net/repositorio/iberica/iberica08/1807-embarque-leal.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

LUCENA, Luiz Castelliano de. **Um breve histórico da IME –Instituto Militar de Engenharia** (Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, 1792). Rio de Janeiro: IME, 2005. Disponível em: <<http://www.ime.eb.br/arquivos/Noticia/historicoIME.pdf>>. Acesso: 5 out. 2013.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência 1821-1823**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARTINES, Mônica de Cássia Siqueira. O ensino de Matemática na Academia Real Militar e o decreto de 1846. In: SEMINÁRIO NACIONAL DA HISTÓRIA DA MATEMÁTICA. 10. 2013, Universidade Federal do Triângulo Mineiro. **Anais eletrônicos...** Unicampi, 2013. Disponível em: <<http://www.cle.unicamp.br/eprints/index.php/anais-snhm/article/view/83/73>> Acesso em: 7 nov. 2013.

MACHADO, Joaquim Emygdio Xavier. **Questões de Organização Militar**. Lisboa: Impressor da Casa Real, 1881. Disponível em : <<http://scans.library.utoronto.ca/pdf/7/37/questesdeorgan00mach/questesdeorgan00mach.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2013.

MAGALHÃES, Claudio Márcio Ribeiro. **A contribuição de José Saturnino da Costa Pereira o cálculo das variações**. 67f. 2006. Dissertação. (mestrado em História da Ciência)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_arquivos/3/TDE-2007-05-16T10:41:22Z-3157/Publico/Claudio%20Marcio%20Ribeiro%20Magalhaes.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2015.

MARMELO, Fábio Samuel Espiguiinha. **A formação dos Oficiais da Arma de Artilharia: História do ensino da Artilharia da Escola do Exército (1837) à Academia Militar**. 112f. 2011. Dissertação. (Mestrado em Ciências Militares)- Academia Militar de Lisboa, Lisboa, 2011.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo**. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1996.

MONTEIRO, Nuno Gonçalves. Idade Moderna (séculos XV- XVIII). In: RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo V. e MONTEIRO, Nuno G. **História de Portugal**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.

MOTTA, Jehovah. **Formação do oficial exército: currículos e regimes na Academia Militar 1810-1944**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.

NASCIMENTO, Laudo Natel do. **A formação do professor de Língua Inglesa e a legislação: o caso do curso de Letras habilitação Português- Inglês da UFS**. 2010. Dissertação. (Mestrado em Educação)- Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Historiografia educacional sergipana: uma crítica aos estudos de História da Educação**. São Cristóvão, UFS, 2002.

NEVES, Fátima Maria. O Método Lancasteriano e o ensino da ordem e da disciplina para os soldados do império brasileiro. In: 30ª REUNIÃO ANUAL DA ANPGED, 2007. **Anais eletrônicos...** 2007. Disponível em <<http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT02-3119--Int.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2014.

NUNES, Maria Thetis Nunes. **História da Educação em Sergipe**. São Cristóvão: Editora UFS, 2008.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo Meneses de. **A historiografia brasileira da literatura inglesa: uma história do ensino de inglês no Brasil (1809-1951)**. 1999. Dissertação. (Mestrado em Teoria Literária)- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999. Disponível em: <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0CCQQFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.unicamp.br%2Fiel%2Fmemoria%2Fprojetos%2Fteses%2Ftese19.doc&ei=d8fWU-jLAvXJsQTSloKwAw&usg=AFQjCNEj4z3IAqlgaV1U4oxqbTDWKn5JA&sig2=nSZr3yyubnof5zgEqYMuDg&bvm=bv.71778758,d.cWc>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo Meneses de. **A instrução do ensino das Línguas Vivas no Brasil: o caso da Língua Inglesa (1809-1890)**. 2006. Tese. (Doutorado em Educação)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo Meneses de. A instrução militar e o ensino de Inglês no Brasil (1761-1832). **Revista tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, v. 4, p. 59-72, 2010.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. **O mito de Inglaterra: anglofilia e anglofobia em Portugal (1386-1986)**. Lisboa : Gradiva, 2014.

PAIM, Antonio. A corte no Brasil. D. Rodrigo de Sousa Coutinho. **Revista Estudos Filosóficos**, Minas Gerais, n. 3, 2009. Disponível em: <<http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistaestudosfilosoficos/nota2-rev3.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2014.

PAPAVERO *et al.* Os escritos de Giovanni Angelo Brunelli, astrônomo da comissão demarcadora de limites portuguesa (1753-1761), sobre a Amazônia brasileira. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v5n2/a17v5n2.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2014.

PIVA, Teresa Cristina de Carvalho; SANTOS, Nadja Paraense dos. O brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim: o cálculo do número de balas de canhão empilhadas na obra exame de artilheiros. **Revista Brasileira de História da Matemática**. v.11, n. 21, p.107-120, 2011. Disponível em: <<http://www.rbhm.org.br/issues/RBHM%20-%20vol.11,%20no21/RBHM,%20Vol.%2011,%20no%2021,%20p.%20107-120,%202011%20-%20Teresa%20&%20Nadja.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2014.

RAMOS, Rui Ramos. Idade Contemporânea (XIX-XXI). In: Ramos, Rui; SOUSA, Bernardo V. e MONTEIRO, Nuno G. **História de Portugal**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.

SANTANA, Marcle Vanessa Menezes. da institucionalização da profissão docente aos primeiros professores de línguas no Brasil: breve itinerário cultural (1759-1828). In: VI Simpósio Internacional de estudos de gêneros textuais. **Anais eletrônicos...** 2012. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/visiget/pgs/pt/anais/Artigos/Marcle%20Vanessa%20Menezes%20Santana%20%28UFS%29.pdf>>. Acesso em: 20 dec. 2014.

SANTANA, Marcle Vanessa Menezes. **A profissão docente como prática ilustrada: o caso dos primeiros professores de inglês no Brasil**. 2013. Dissertação. (Mestrado em Letras)- Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013

SANTOS, Elaine Maria. **As reformas pombalinas e as gramáticas inglesas: percursos do ensino de Inglês no Brasil (1759-1827)**. 2010. Dissertação. (Mestrado em Letras)- Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.

SANTOS, Fábio Alves dos. **Rui Barbosa, educação e política: um discurso pedagógico no Brasil oitocentista – 1880-1885**. São Cristóvão: editora UFS, 2010.

SANTOS, Elaine Maria; BARBOSA, Sara Rogério Santos. O ensino de Língua Inglesa no Brasil Oitocentista: a influência dos professores John Joyce, Tilbury e Colville. In: V COLÓQUIO INTERNACIONAL “EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE”. **Anais...** São Cristóvão: 2011.

SANTOS, Eulália Maria Aparecida Moraes dos. **Dos cometas do nordeste aos tesouros da Amazônia: os jesuítas João Daniel e José Monteiro da Rocha no contexto das Ciências Naturais do século XVIII**. 2006. Tese. (Doutorado em História)- Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/14055/tese-EulaliaPDF.pdf;jsessionid=D7650BD498DD205B969F3A2BC43AE809?sequence=1>>. Acesso em: 08 jul. 2014.

SANTOS, Nadja Paraense dos; FILGUEIRAS Carlos Alberto Lombardi. **O primeiro curso regular de química no Brasil**. Rio de Janeiro: 2011. Disponível em: <<http://sec.s bq.org.br/cdrom/32ra/resumos/T0145-1.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

SARAIVA. Luís Manuel Ribeiro. A tradução de manuais de Matemática nos inícios da Academia Real Militar do Rio de Janeiro. In: 6º ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA MATEMÁTIC. **Anais...** Natal: SBHMat, 2014. Disponível em:

<https://www.academia.edu/7322588/Anais_Actas_do_6o_Encontro_Luso-Brasileiro_de_Historia_da_Matematica>. Acesso em: 09 jul. 2014.

SERGIPE. Tribunal de Justiça de Sergipe. Acervo Geral do Judiciário de Sergipe. AGJ/SE. **EST./ C. 2º OF. Ação de Tutela** – Cx 10/435 Doc. 06.05.1873.

SERGIPE. Tribunal de Justiça de Sergipe. Acervo Geral do Judiciário de Sergipe. AGJ/SE. **EST./ C. 2º OF. Ação de Tutela** – Cx 10/435 Doc. 06.05.1879.

SERRÃO, Joel. **Dicionário de História de Portugal**. Lisboa: Fiança, 1963.

SILVA, Abílio Diniz. D. Luiz da Cunha e o Tratado de Methuen. **Revista da Faculdade de Letras**, Porto, v. 4, p. 59-84, 2003. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2350.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2014.

SILVA, Rosângela Maria da. **De um império a Outro: Portugal e Brasil**, disciplina, recrutamento e legislação nas Forças Armadas Imperiais (1790-1883). 115f. 2008. Dissertação. (Mestrado em História)- Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

SILVA, Clóvis Pereira da. Sobre a História da Matemática no Brasil após o período colonial. **Revista da SBHC**, n.16, p. 21-40, Rio de Janeiro: 1996. Disponível em: <http://www.mast.br/arquivos_sbhc/76.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2014.

SIQUEIRA, Rogério Monteiro de; MORMÊLLO, Bem Hur. A gênese ilustrada da Academia Real e suas onze reformas curriculares (1810-1874). **História da Ciência e Ensino: construindo interfaces**. São Paulo, v. 3, p.17-30, 2011. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/hcensino/article/download/5672/4341>>. Acesso em: 09 abr. 2014.

SIQUEIRA, Luís. **De Lá Salle a Lancaster: os métodos de ensino na Escola de Primeiras letras sergipanas (1825-1875)**. 2006. Dissertação.(Mestrado em Educação)- Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2006.

SODRE, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SORIANO, Simão José da: Luz. **Historia de El-Rei D.João: primeiro rei constitucional de Portugal e Brazil**. Lisboa: Typographia Universal, 1866. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=hngNAQAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbg_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 11 abr. 2014.

SOUZA, Álvaro Cesar Pereira de. **Sob a luz das reformas pombalinas da instrução pública: a produção dicionarística luso-brasileira (1757-1827)**. 2011. Dissertação. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2011. Disponível em: <http://bdtd.ufs.br/tde_arquivos/10/TDE-2011-07-22T121157Z-513/Publico/ALVARO_CESAR_PEREIRA_SOUZA.pdf>. Acesso em: 03 de dez. 2013.

THOMPSON, E. P. 1981. **A Miséria da Teoria**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TELES, Thadeu Vinícius Souza. **O papel da Língua Inglesa na formação do perfeito negociante (1759-1846)**. 2012. Dissertação. (Mestrado em Educação)- Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

TORRE, Manuel Gomes de. **Gramaticas inglesas antigas**: alguns dados para a história dos estudos ingleses em Portugal até 1820. Porto, 1985.

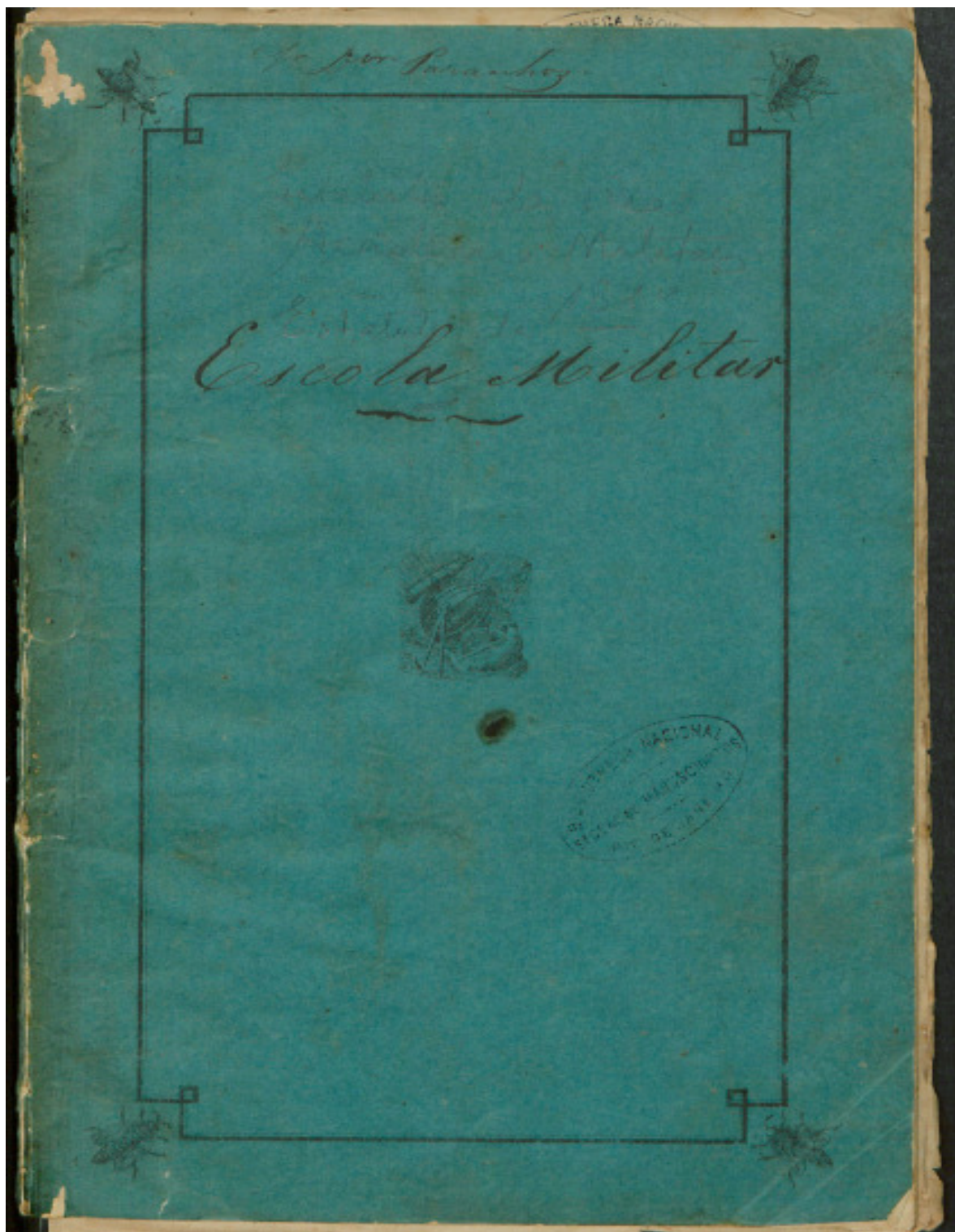
TREVISAN, Leonardo. **O pensamento militar brasileiro**. Rio de Janeiro: RocketEdition eBooksBrasil, 2005.

VALENTE, Wagner Rodrigues. **Uma História da matemática escolar no Brasil 1730-1930**. 2. ed. São Paulo. Annablume: FAPESP, 2007.

VIANNA, José Feliciano Lobo. **Guia militar para o ano de 1898**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1897. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/242977/000187034.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. Rodrigo de Sousa Coutinho e a consolidação institucional do exército no Brasil Joanino. **Revista da Cultura**. Rio de Janeiro, n.19, p. 16-23, 2012. Disponível em <http://www.funceb.org.br/images/revista/22_2s9w.pdf>. Acesso em ab. 2014.

ANEXO A - Capa do caderno de D. João VI contendo todas as informações de como deveria funcionar a Academia Real Militar



Fonte: Biblioteca Nacional, 1810

ANEXO B - Recorte do caderno de D. João VI, que autoriza o ensino de língua estrangeira na Academia Real militar

tudas no mesmo anno. O Lente de Physica
o de Desenho, haverá cinco Substitutos, e jul-
gando o necessario, a Junta poderá propor,
que se estabeleçam Professores da Lingua
Françesa, Inglesa, e Alemã, e sera obri-
gação dos Professores substituirem-se huns
aos outros, quando succeda não bastarem os
Substitutos de maneira que jámais se dê ca-
zo de haver Cadeiras, que deixem de ser ser-
vidas, havendo Alumnos que possam ouvir

Fonte: Caderno de D. João VI – Biblioteca Nacional, 1810.